

Fis. Nº 00
Proc. Nº 91095120
Rubrica MS
Paço do Lumiar-MA

Av. Presidente José Sarney, s/n, M. Mocajituba, CEP: 6513000
Paço do Lumiar – Maranhão.
(98) 98857-9110 – E- mail: umvjose@gmail.com



Escola Comunitária
Adilson Moraes

PROPOSTA PEDAGOGICA

EDUCAÇÃO INFANTIL

2018

PAÇO DO LUMIAR – MA

Sumário

Fls. Nº ~~01~~
Proc. Nº 9095120
Rubrica *M*
Paço do Lumiar-MA

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	6
3. CONCEPÇÃO DE PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	8
4. OBJETIVOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	9
5. CONCEPÇÃO DE MUNDO E DE HOMEM QUE SE DESEJA FORMAR	10
6. PRINCÍPIOS E VALORES QUE DEVEM ORIENTAR O MUNDO.....	11
7. CONCEPÇÃO DE HOMEM.....	15
8. CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	18
9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	21
10. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS	25
11. PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS	26
12. PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS	28
13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	30
14. SUGESTÕES DE ATIVIDADES.....	36
15. TRABALHO COM HISTÓRIA E LIVRO INFANTIL	38
16. TRABALHO COM POESIA	39
17. CRIANÇA E O MOVIMENTO	40
18. NATUREZA E SOCIEDADE	46
19. A CRIANÇA E A MATEMÁTICA	51
20. GRANDEZAS E MEDIDAS	55
21. ESPAÇO E FORMA	56
22. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	57
23. A CRIANÇA E A MÚSICA	58
24. ARTES VISUAIS	60
25. APRECIÇÃO EM ARTES VISUAIS	64
26. METODOLOGIA	66
27. PLANEJAMENTO	68
28. ROTINA	71
29. PROJETO	72
30. AVALIAÇÃO	73
31. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE	76
32. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	77
33. CRIANÇA E AS ARTES.....	79
34. REFERÊNCIAS	84

Fis. Nº 08
Proc. Nº 9095/12
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA

DADOS INSTITUCIONAIS

MANTENEDORA: União dos Moradores da Vila São José - CNPJ:
12.131.322/001-59 - Localizada a Avenida Presidente Sarney, s/n, M. do Mocajutuba,
(Vila São José I), CEP 65130 000, Paço do Lumiar - MA, E-mail: umvjose@gmail.com

MANTIDA: Escola Comunitária Adilson Moraes "Jardim de Infância Ben 10" ,
RESOLUÇÃO Nº 09/2014 -CME, INEP: 21278660

Autor(es): Maria da Conceição Rocha Ferreira Souza (Gestora) Andréa Maria
Ferreira Correa (Coordenadora pedagógica) Mateus Oliveira Pereira Neto (Secretario
Escolar) Anita Batista dos Santos (Profª) Laurice Santos Garcês (Profª) Maria da
Conceição de Araujo (Profª) Maria da Silva Oliveira (Profª) Aldenora Rosa Chagas
(Profª).

Fls. Nº 01
Proc. Nº 909510
Rubrica JN
Paço do Lumiar-MA

*"a educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo."*

Nelson Mandela

1. INTRODUÇÃO

Atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que estabelece, pela primeira vez na história do nosso país, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, objetiva-se com esta proposta auxiliar a realização do trabalho educativo diário junto às crianças desse nível de ensino.

Sabe-se que as creches e pré-escolas estão em um momento de transição na busca de uma ação integradora que incorpore às atividades educativas aos cuidados essenciais das crianças no seu desenvolvimento Cognitivo, Psicológico, Físico e social, complementando a ação da família e da comunidade, como rege o art. 29 da LDB.

Nesse sentido, a creche e a pré-escola têm, portanto, uma função de complementação e não de substituição da família como muitas vezes foi entendido. Assim, elas deverão integrar-se com a família e com a comunidade para que juntas possam oferecer o que a criança necessita para seu desenvolvimento e para a sua felicidade. O Preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, afirma que a humanidade deve às crianças o melhor dos seus esforços. A Constituição Federal determina:

Art. 22. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim nem os pais, nem as instituições de atendimento, nem qualquer setor da sociedade ou do governo poderão fazer com as crianças o que bem entenderem ou o que considerarem válido. Todos são obrigados a respeitar os direitos definidos na constituição do país que reconheceu a criança como um cidadão em desenvolvimento.

Portanto, com base no art. 227 da Carta Magna de 1988, a Proposta Curricular da Educação Infantil busca um rumo, uma direção, um compromisso definido coletivamente entre professores, equipe técnicas, alunos, pais e a comunidade como um todo. Por isso, toda proposta Pedagógica é, também, um projeto político, por estar

intimamente articulado ao compromisso sociopolítico e aos interesses reais e coletivos da população majoritária.

[...]Na dimensão pedagógica, reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias as escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (Veiga, 1995 p.37)

A proposta, em referência, visa nortear a Escola Comunitária Adilson Moraes no que tange à organização da Educação Infantil, tomando como foco o currículo escolar, abrangendo os pressupostos, as funções de alguns profissionais, a concepção e os objetivos das áreas de conhecimento, a formação de competências, orientação metodológicas, bem como a avaliação da aprendizagem.

Para assegurar a implantação da proposta, definiram-se Estratégias de Implantação, assim como diretrizes de acompanhamento e avaliação, com vistas a garantir condições básicas necessárias à sua execução.

Desse modo, a Escola Comunitária Adilson Moraes possibilita a inclusão das crianças de 2 a 3 anos na creche e 4 e 5 anos na pré-escola (1º e 2º período respectivamente), conforme determina a Lei de ampliação do Ensino Fundamental de 9(nove) anos, Lei 11.274/2006, que altera o artigo 32 da nova LDB.

Ao tratar da inclusão das crianças de 2 a 3 anos na creche e de 4 e 5 anos na pré-escola, a Escola Comunitária Adilson Moraes, baseia-se e fundamenta-se na (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que determina a Educação Infantil para no mínimo 2 anos de duração.

Nesse sentido, entende-se como necessário no sistema de ensino desta escola, um processo de reorganização da política educacional que possibilite o desenvolvimento integral do educando em todos os aspectos.

Uma proposta curricular deve constituir-se em uma comunicação de intenções, princípios e diretrizes, considerados essenciais para o desenvolvimento das atividades, oferecendo informações sobre o que ensinar (conteúdo); para que ensinar (objetivo); como ensinar (metodologia); quando ensinar (período de planejamento) e como avaliar (essa avaliação não poderá ter caráter de aprovação ou reprovação); Deve estar permanentemente aberta à discussão e a crítica e em contínuo processo de avaliação e reconstrução, podendo ser alterada, complementada e recriada.

A adoção de um ensino de qualidade aos alunos de 5 (cinco) anos de idade constituem-se em uma poderosa ferramenta para elevação da qualidade da educação, pois, significa a universalização do atendimento às crianças de 2 a 5 anos da Educação Infantil. Com a nova política de educação para a pré-escola, o educador tem mais tempo para desenvolver as competências e habilidades que o aluno precisa para aprender, e a escola terá condições de planejar seu trabalho e propiciar experiências pedagógicas e culturais a todas as crianças de modo a garantir uma aprendizagem significativa.

Esta proposta não pretende constituir-se num modelo rígido e obrigatório de currículo, mas em um referencial capaz de unir esforços e ações na busca da melhoria da qualidade de educação, devendo tornar-se um instrumento de apoio às discussões e a prática pedagógica que se processam na escola.

Nessa perspectiva, este documento se reveste de grande importância como norteadora da ação pedagógica, visando contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação das práticas educativas em execução no interior das instituições de ensino voltadas para Educação Infantil desta instituição.

O projeto pedagógico refere-se às escolhas de princípios, intenções e ações educativas da instituição escolar; é orientado pela escolha de valores que o sustenta. Essas escolhas estão pautadas na reflexão filosófica da educação que revela uma concepção de mundo e de homem e uma concepção de ensino-aprendizagem coerente.

2. CONCEPÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Matrícula e faixa etária:

- ✓ **Creche I-** para crianças de 2 (dois) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- ✓ **Creche II-** para crianças de 3 (três) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- ✓ **Pré-Escola I-** para crianças de 4 (quatro) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso;
- ✓ **Pré-Escola II-** para crianças de 5 (cinco) anos de idade completos ou a completar até 31 de março do ano de ingresso.
- ✓ A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.
- ✓ As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

Jornada:

É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias, o que compreende a dinâmica de desenvolvimento e oferta da Educação Infantil na Escola Comunitária Adilson Moraes respeitando as prerrogativas determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

Princípios

As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Fis. Nº 14
Proc. Nº 9095/20
Rubrica CM
Paço do Lumiar-MA

✓ Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

✓ Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

✓ Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

3. CONCEPÇÃO DE PROPOSTA PEDAGÓGICA

Na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- ✓ Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- ✓ Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a Educação e cuidado das crianças com as famílias;
- ✓ Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- ✓ Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- ✓ Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

4. OBJETIVOS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

5. CONCEPÇÃO DE MUNDO E DE HOMEM QUE SE DESEJA FORMAR

Concepção de mundo

Que princípios e valores devem caracterizar a identidade terrena?

Que mundo idealizamos?

Que consciência esse mundo precisa preservar?

Que pensamentos devem orientar essa construção?

6. PRINCÍPIOS E VALORES QUE DEVEM ORIENTAR O MUNDO

A Justiça

Na relação de igualdade e equidade;

A Ética

Por decisão livre e consciente, favorecer as condições de uma vida desejável para todos, pautada na possibilidade de realização individual e coletiva ao mesmo tempo;

A Estética

valorizando as belezas naturais e preservando-as; criando ambientes colhedores: organizados, limpos, harmoniosos; valorizando as produções artísticas em suas diferentes modalidades, entendendo que a sensibilidade complementa a racionalidade; valorizando escolas planejadas, esteticamente pensadas, com espaços que tragam bem-estar e qualidade de vida;

A Liberdade

Como pressuposto do desenvolvimento humano, relacionando-a à responsabilidade; mantendo a relação indissociável entre o indivíduo e o outro;

A Democracia

Para que haja compatibilidade entre as liberdades individuais e a organização social pautada no bem comum; com um sistema de representação política e um modelo de exercício de poder menos centralizador; com conceito de hierarquia e autoridade legitimado; estimulando a participação comprometida e responsável;

A Paz

Entendendo que os conflitos são inerentes ao desenvolvimento humano e à vida social e são fontes de crescimento, mas que as diferenças não devem ser resolvidas

com a violência, mas com respeito, tolerância, diálogo e ações coerentes e eficazes à solução dos conflitos.

Com consciência:

Antropológica

Que reconhece a unidade na diversidade; que valoriza as múltiplas competências na perspectiva da diversidade compartilhada e não na direção da desigualdade;

Ecológica

Que reconhece a biosfera como o habitat de todos os seres mortais, nutrindo valores de boa convivência e equilíbrio;

Social Terrena

De pertencimento mútuo que nos une à nossa Terra, baseada na responsabilidade e solidariedade com os filhos da Terra; de identidade genética, cerebral, afetiva comum presente em nossas diversidades individuais, culturais e sociais; de reconhecimento da identidade terrena onde partilhamos um destino comum, pois o mundo torna-se cada vez mais um todo, cada parte do todo faz parte do mundo, trazendo a sua singularidade, e o mundo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes, sem homogeneizar;

Sobre a Globalização

Na busca por somar, compartilhar, multiplicar e não dividir; com a intenção de quebrar as fronteiras que delimitam o poder, o individualismo, as desigualdades, a nacionalidade ultrapassada; que respeite a pluralidade cultural, étnica, ideológica, religiosa; que as sociedades não interiorizem modelos externos indiscriminadamente, mas reflita sobre eles, processe e incorpore à sua realidade o que for significativo para ela;

Da Condição Humana

Vista de maneira complexa, sendo objeto de todo o ensino com base numa educação inserida no contexto que se apresenta.

Com pensamento:

Complexo e Sistêmico

Um pensar universal, integrado e interdependente, com conexão entre as partes e o todo, atendendo o princípio da complementariedade; que estabelece relações múltiplas e em rede;

Sustentável

Que estruture os padrões de consumo, respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas, sendo responsável com as próximas gerações;

De Preservação

Valorizando o patrimônio histórico, cultural, intelectual e apresentando-o às novas gerações;

De Inovação

Abrindo espaço para as novas conquistas, ideias e mudanças nos diversos setores da sociedade;

Científico

Estimulando os estudos e as pesquisas que geram conhecimentos sobre o mundo físico, biológico, econômico, social, político, a fim de melhorar a condição da vida humana, sua maneira de pensar e a sua realização terrena; que articule as informações para que gerem conhecimentos e que articule conhecimentos para que gerem sabedoria;

Tecnológico

Estimulando os estudos e as pesquisas que aperfeiçoam e criam novas tecnologias, com a consciência de que são instrumentos poderosos, meios eficientes para os fazeres e para novas descobertas;

Humano

Estimulando os estudos e as pesquisas que contribuem com o conhecimento e a valorização dos aspectos do *eu*, da existência, do funcionamento das capacidades humanas, além do cognitivo, incluindo o mundo psicológico, o mundo das emoções; abordando o desenvolvimento da personalidade individual e moral, a busca pelo sentido da vida, a busca da felicidade, tratando dos aspectos corporais, emocionais, relacionais, espirituais; possibilitando as diversas formas de expressão humana;

Cultural

Valorizando o patrimônio da humanidade e das diferentes sociedades sobre os saberes, fazeres, crenças e mitos adquiridos e transmitidos de geração em geração, levando em conta a memória e os diversos documentos que mostram a cultura; estimulando as produções artísticas, literárias e arquitetônicas de cada localidade, valorizando-as porque permitem complementar o olhar sobre o homem e sobre mundo.

Ter essa consciência sobre o mundo nos encaminha à reflexão sobre a importância e a responsabilidade da Educação em ensinar a identidade terrena à nova geração e, ao mesmo tempo, ensinar a condição humana, desenvolvendo competências que capacite a nova geração a dar continuidade à construção desse mundo, buscando melhores soluções para os problemas e aproximando todas as partes no sentido de contribuir, mas também de usufruir as conquistas do todo.

7. CONCEPÇÃO DE HOMEM

Que Condição Humana?

A autonomia é uma construção feita ao longo de toda a vida e é imprescindível à condição humana, mas precisa de uma educação e de um ensino que a desenvolva. Para isso é preciso considerar o ser:

Pensante

Que constrói para si significados de qualidade sobre os conhecimentos historicamente construídos, de forma coerente e consistente em ideias, modelos, teorias e práticas; que constrói o conhecimento de forma bem estruturada logicamente, com maior apoio nas evidências, com maior riqueza de dados e relações, com diversidade criativa para entender a complexidade das situações e buscar soluções coerentes; com capacidade e atitude de aprender ao longo de toda a vida em situações cada vez mais mutantes; com pensamento sistêmico integrando relações em rede; curioso, criativo, crítico e autocrítico, argumentativo, questionador, reflexivo; com capacidade de discernir sobre as inúmeras informações disponibilizadas, selecionando as mais relevantes, priorizando-as para uso adequado no contexto; que sabe buscar e manejar informação, organizá-la, reformulá-la e avaliá-la diante de critérios debatidos e comensurados para a situação; com repertório significativo de conhecimentos em diversas áreas, em constante aperfeiçoamento e com a capacidade de interligá-los; com capacidade de discernir sobre os princípios e valores que fundamentam as ideias contidas nos textos, nas mídias, nos projetos...; com compreensão crítica; com equilíbrio entre a competência intelectual e a emocional; que reflete sobre os valores que a sociedade oferece, sobre as qualidades das pessoas e escolhe os valores e as virtudes que quer para si e para sua vida; que é capaz de definir seu projeto de vida ao longo do tempo.

Atuante

Fis. Nº 23
Proc. Nº 9095120
Rubrica M
Pago do Lumiar-MA

aprendiz, dando-lhe a chance do desenvolvimento dos princípios, valores e competências essenciais para assumir a construção da sua vida pessoal, para a inserção social e que garanta a continuidade da construção da história humana.

8. CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A partir da concepção de mundo e de homem, que tem como uma de suas características a transformação constante, a Escola Comunitária Adilson Moraes sempre buscou ressignificar a sua concepção de ensino e aprendizagem, alinhada às necessidades de uma educação atualizada.

A educação, inclusive a educação escolar, acontece num contexto histórico-social - que inclui elementos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos. Quando esse contexto se altera, é inevitável que a escola se altere também, sem perder de vista seus princípios fundadores que permanecem e são a essência, o sentido de educação para esta Escola.

Coerente com as concepções de mundo e de homem a Escola Comunitária Adilson Moraes desenvolve a sua proposta pedagógica embasada na concepção sociointeracionista e construtivista do conhecimento.

Nessa concepção, tanto os indivíduos como os grupos de indivíduos constroem ideias sobre o significado e o funcionamento do mundo. A forma pela qual os indivíduos dão sentido ao mundo varia amplamente e os pontos de vista individuais e coletivos mudam com o tempo. A postura sociointeracionista da construção do conhecimento acredita que o homem é dotado de uma consciência reflexiva, que lhe permite construir seus conceitos de realidade e alterá-la. O homem e, portanto, o aluno, não é um ser passivo, que apenas vê e ouve a realidade e a registra. Esta, por sua vez, não é estática, não é algo pronto e acabado, é construída no encontro entre sujeitos humanos e o mundo em que vivem. Portanto, é feita na interação (ação entre), que é mediada pela linguagem.

A possibilidade do ser humano se constituir enquanto sujeito e de se apropriar das conquistas anteriores da espécie humana (cultura) está, de um lado, relacionada ao desenvolvimento de seu sistema nervoso e, de outro, à qualidade das trocas que se dão entre os homens, ou seja, à qualidade do processo educativo do qual faz parte. Desta forma, consideramos que tanto a maturação quanto o processo educativo, incluindo aí o ensino, exercem influência sobre a construção de conhecimentos e, portanto, sobre a constituição e desenvolvimento dos seres humanos.

O processo de ensino e aprendizagem é concebido para formar sujeitos autônomos, participantes de um mundo que está em constante mudança, exigindo, sempre, posicionamento e reflexão de quem nele atua. Para isto, as propostas de trabalho para o aluno devem dar condições para que ele exerça a tomada de decisões, desenvolva a capacidade de colaborar e trabalhar em equipe e a capacidade de desenvolver projetos, agindo eticamente. E, ainda, que sejam desafiadoras, instiguem a criatividade dos alunos, promovam a mobilização de esquemas mentais complexos e significativos.

O conhecimento, nesta perspectiva, é fruto de um processo de interação entre sujeito e objeto do conhecimento e entre os sujeitos. A relação de ensino-aprendizagem supõe um vínculo entre a sala de aula e a realidade.

A educação, na Escola Comunitária Adilson Moraes, tem como meta propiciar a evolução do ser humano, passando de um ser ainda dependente quando nasce, para um adulto competente e autônomo, conquistando no decorrer do tempo a sua realização pessoal, interpessoal e social.

É pela educação que o ser humano vai se capacitando para definir e escolher projetos de vida e alcançar a sua realização, que vai além da simples sobrevivência.

O ensino, portanto, deve contribuir para que o aluno construa conhecimentos das diferentes ciências, competências e habilidades, atitudes e valores, necessários para realizar o seu projeto de vida.

Nessa perspectiva, aprender não é simplesmente absorver e acumular informações. É tornar-se capaz de utilizar os conhecimentos e agir de forma competente e ética. Por isto nos identificamos com as metodologias ativas, interativas e colaborativas. Não apenas com um fazer mecânico, mas um fazer consciente e reflexivo, no qual os alunos constroem conhecimento, interagindo com os professores e o ambiente, e colaborando com seus pares. Assim, o conhecimento é construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, levando em conta os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes.

Para isso, é preciso que a Escola tenha contextos e situações de aprendizagem suficientemente pensadas, planejadas, variadas e efetivas, para permitir que os alunos

encontrem neles oportunidades reais de desenvolver conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores.

Dentre as características desta concepção de ensino e aprendizagem, destacamos, assim, três grandes norteadores deste processo:

1º) A **relevância** dos conteúdos e contextos que serão aprendidos, isto é, que o aluno possa atribuir sentido;

2º) A **funcionalidade** de sua aprendizagem, ou seja, que o aluno possa utilizar e vivenciar o que está aprendendo em situação de vida real;

3º) A **significatividade**, isto é, que o aluno possa ancorar os novos conteúdos aos seus conhecimentos prévios.

Por fim, se estamos em busca de ressignificar a educação e nela, os processos de ensino e aprendizagem, é preciso ter em conta a perspectiva da complexidade proposta por Edgar Morin (1999):

"Uma tradição de pensamento bem enraizada em nossa cultura que molda espíritos desde a escola elementar nos ensina a conhecer o mundo por meio de ideias claras e independentes. Esta mesma tradição nos estimula a reduzir o complexo ao simples, a separar o que está ligado, a unificar o que é múltiplo, a eliminar tudo o que traga desordens ou contradições para o nosso entendimento. O problema crucial de nosso tempo é o da necessidade de um pensamento apto a enfrentar o desafio da complexidade do real, isto é, de perceber as ligações, interações e implicações mútuas, os fenômenos multidimensionais, as realidades que são, simultaneamente, solidárias e conflituosas. Devemos reaprender a pensar."

9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias. O artigo 208 da constituição federal no capítulo IV, garante a Educação Infantil em Creche e Pré – escola, as crianças até 5 anos de idade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciou a importância da Educação Infantil que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica. Dessa forma, trabalho Pedagógico com a criança de 2 a 06 anos adquiriu reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional, qual seja: atender especificidades do desenvolvimento das crianças dessa faixa etária e contribuir para construção e o exercício de sua cidadania.

Também define a finalidade da Educação Infantil como o desenvolvimento integral da criança até 06 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Esses vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não como coisas distintas ou áreas separadas e fundamentais, pois evidencia a necessidade de se considerar a criança como um todo, para promover o seu desenvolvimento integral e sua inserção na esfera pública e privada, conforme preleciona o artigo 209 da Constituição Federal de 1988:

- Art. 209. O ensino é livre a iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
- I. Cumprimento das normas gerais da educação nacional;
 - II. Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

O MEC em 1998 publicou documento subsídio para o credenciamento e o funcionamento das instituições da Educação Infantil. Essa publicação, organizada por conselheiros representantes dos Conselhos de Educação de todos os Estados e do Distrito Federal, com a participação de representantes da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação, de membros convidados da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de consultores e especialistas, sob a coordenação de dirigentes do MEC, contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes e normas para a Educação Infantil no Brasil.

Embora a discussão sobre currículo e proposta pedagógica seja antiga em nosso País, foi no processo de articulação, levado a efeito tanto durante o período da Constituinte como nos momentos posteriores à promulgação da Constituição de 1988, que essa questão foi ganhando contornos, que envolviam a Educação Infantil. Essas discussões, que apontavam para a necessidade de uma Proposta Pedagógica Curricular para a área, ganharam maior força no período de discussão e elaboração da LDB (Lei nº 9394/96), quando já era possível visualizar a incorporação da Educação Infantil no sistema Educacional.

Foi nesse contexto que a Coordenação Geral de Educação Infantil – COEDI buscou conhecer as propostas Pedagógicas Curriculares em cursos nas diversas unidades da Federação e investigou os pressupostos em que se fundamentavam essas propostas, as diretrizes e os princípios que norteavam o processo no qual foram construídas e as informações metodológicas para subsidiar as instâncias, executoras de Educação Infantil na análise, na avaliação e/ou na elaboração de suas Propostas Pedagógicas Curriculares.

Dessa forma, a Lei reconheceu, ao mesmo tempo, a ação pedagógica de professores, construída no cotidiano das instituições de Educação Infantil, juntamente com as famílias e as crianças, bem como a riqueza e a diversidade brasileira, que acolhem realidades extremamente diferenciadas. Com isso, a questão da diversidade, no que diz respeito ao currículo/proposta pedagógica, pode ser garantida. No entanto, acredita-se também que era necessário, além do respeito à diversidade, garantir certa unidade qualitativa as propostas das instituições e fornecer subsídios teóricos aos professores e as suas instituições no desenvolvimento de tarefa, determinada pela legislação.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil -RCNEI consiste num conjunto de referências e orientações pedagógicas, não se constituindo como base obrigatória à ação docente. Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, com caráter mandatório.

De acordo com a Resolução nº 1 de 07 de abril de 1999, no seu Artigo 2º essas Diretrizes constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da

Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, na articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. Ambos os documentos têm subsidiado a elaboração das novas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

A Constituição Federal atribuiu ao Estado, hoje ao Município o dever de garantir o atendimento às crianças de 0 a 05 anos, creches e pré-escolas. O artigo 213 destina recursos a ser dirigido as escolas comunitárias, com isto a Constituição Federal garante a oferta de educação de qualidade para estes alunos de 0 a 5 alunos.

Especificando ainda mais, determinou que os municípios atuassem prioritariamente no ensino fundamental e na Educação Infantil (art. 211, § 2º). A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) estabelece em seu art. 11, inciso V, que os municípios incumbir-se-ão de oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental, permitindo a atuação em outros níveis de ensino apenas quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Em decorrência desta responsabilidade constitucional, o aumento da matrícula de crianças de 0 a 5 anos na rede pública de ensino deu-se em função de compromisso e da vontade política de gestores públicos municipais que, apesar das restrições orçamentárias, procuraram garantir maior e melhor oferta para Educação Infantil. Aprovado em 2001, o Plano Nacional de Educação, que assim se expressa em relação às competências aos Federados:

Na distribuição de competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na corresponsabilidade das três esferas de governo - município, estado e União - e da família. A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de Educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. Quando as esferas administrativas, a União e os estados atuarão

Fls. Nº 30
Proc. Nº 9095120
Rubrica MS
Paço do Lumiar-MA

subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos municípios. (art. 30 VI, Constituição Federal).

O Plano Nacional de Educação - PNE ressalta ainda que a ampliação do ensino se dá a partir da implantação e do planejamento de diretrizes para o atendimento integral da criança de 0 a 5 anos abrangendo os aspectos: físico; motor; cognitivo; emocional; psicológico linguístico e social bem como deve favorecer o desenvolvimento infantil para que a interação e convivência na sociedade seja produtiva e marcada por valores de solidariedade, liberdade, cooperação e respeito.

10. PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

A presente proposta passa pelo pensamento dialético, no qual deve ser entendida que o conhecimento é construído a partir da interação sujeito e objeto, na intermediação das diferentes linguagens e na ação pedagógica do professor, em busca do conhecimento das reais condições sócio afetivas e intelectuais de cada criança. Tendo em vista que o principal objetivo da educação é formar cidadãos autônomos, considerar a Educação Infantil em direção à autonomia significativa ver as crianças como seres que tem vontade própria, é constatar que pensam e são capazes de construir seu saber.

Autonomia é, portanto, ter a capacidade de se conduzir e tomar decisões, levando em conta as regras, valores e perspectivas pessoais e do outro. A criança nesta faixa etária atravessa a fase da heteronímia, em que ela respeita regras e valores que vêm de fora, ou seja, de um adulto. E, a partir da interação adulto – criança, em busca da maturidade, ela compreende que as regras são passíveis de discussões e reformulações, o que leva Constance Kamii a afirmar que a essência da autonomia é que as crianças tornem-se aptas a tomar decisões por si mesmas [...], levando em consideração os fatores para agir da melhor forma para todos (1996 p.108).

É necessário que o professor compreenda os modos próprios das crianças se relacionarem, agirem, sentirem, pensarem e construïrem conhecimentos, a fim de direcionar suas ações, não esquecendo os limites essenciais do ambiente, e o que ela tem internamente como: afetividade, conhecimento, sociabilidade, etc.

11. PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS

✓ **A Criança, o Desenvolvimento e a Aprendizagem**

A Educação Infantil pode ter um significado particularmente importante, quando se fundamenta numa concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento.

Pensar o significado de Ser criança não é tarefa fácil num contexto tão diversificado e contraditório, como é a sociedade contemporânea, isto porque trabalhar a concepção de criança numa perspectiva histórica demanda compreendê-la como fruto das relações sociais com as diversas maneiras de ver a criança que produzem a consciência da especificidade da infância, portanto, a concepção de criança varia em decorrência da sociedade onde ela é concebida e entendida como um ser social que necessita ser respeitada e valorizada nas instituições de Educação Infantil.

Para Piaget a criança demonstra formas de perceber, compreender, e se comportar diante do mundo, próprias de cada faixa etária, isto é, existe uma assimilação progressiva do meio ambiente que implica uma acomodação das estruturas aos dados do mundo exterior. Sendo que a criança estabelece interações com os objetos do meio físico, onde essas interações são importantes para contribuir com o desenvolvimento do pensamento, pois o que está em jogo, é a construção do conhecimento científico, onde o professor permite que a ação pedagógica aconteça numa relação de maior intimidade intelectual com as crianças em cada momento do desenvolvimento e de suas condições de pensamento. Assim, a criança constrói e reconstrói continuamente as estruturas que a tornem cada vez mais apta ao equilíbrio.

Enquanto que para Vygotsky(1987) a criança é um ser ativo, que age sobre o mundo e estabelece interações com o meio e com o outro, tendo em conta as características sociais e culturais. O meio cultural é mediador do processo de desenvolvimento por estar em jogo à construção do conhecimento social. Sua teoria fundamenta-se nas relações sociais entre o indivíduo e o mundo exterior, desenvolvendo-se num processo histórico, em que a relação homem-mundo é mediada por sistemas simbólicos (língua). Vemos a família e os demais grupos sociais como co-autores da construção do indivíduo.

Para ele, a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem biológico em ser humano. É pela aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental. Segundo o psicólogo, nenhum conhecimento é construído pela pessoa sozinha, mas sim em parceria com as outras, que são os mediadores.

As teorias fornecem instrumentos que contribuem para a formulação de uma pedagogia de orientação construtivista e sociointeracionista, onde o indivíduo adquiriu conhecimento, habilidades, valores e atitudes a partir desse contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. Essa construção inclui os conhecimentos prévios e a contribuição ativa do aluno.

Os pressupostos psicológicos definidos na Proposta podem ser assim expressos: atividade como fator de aprendizagem e desenvolvimento; aproveitamento dos conhecimentos prévios; o desafio apresentado pelos conteúdos, adequação dos conteúdos ao nível de desenvolvimento e a interação como fator de promoção da aprendizagem.

12. PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS

A criança de 0 a 5 anos, deve ser vista como um ser íntegro e sujeito de uma história social que tem direito ao conhecimento, que está sendo inserido em uma cultura e dela participar ativamente, a quem deve ser garantido o direito à educação com elevado nível de qualidade. Em consonância com o estabelecido na Resolução nº1/99/CEB, que fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil tornando como princípios pedagógicos norteadores da proposta o respeito à identidade da criança, a interdisciplinaridade, a contextualização, o respeito às diversidades e a inclusão, isso implica assegurar a criança o direito a educação e ao saber de maneira integrada, as ações de educar, o cuidar e o brincar, associando estas funções a padrões de qualidade que visem inserir a criança no seu contexto social, ambiental e cultural. Levando em conta as especificidades de sua idade, por meio de um projeto pedagógico voltado para ludicidade, para o desenvolvimento das diversas linguagens simbólicas, para as interações sociais, para os jogos e brincadeiras e para vivência da infância.

Nesta proposta, o professor deve observar e conhecer suas necessidades para que seu trabalho atinja objetivos em relação à preservação da vida e ao desenvolvimento das diversas capacidades infantis. Para que isto ocorra, suas atitudes e procedimentos devem basear-se no conhecimento específico do desenvolvimento lógico, emocional e intelectual da criança. Cuidar da criança é acima de tudo, compreender sua singularidade e interessar-se sobre o que ela pensa, sente e sabe de si e do mundo, visando ampliar seus conhecimentos e habilidades, para que aos poucos, torne-se independente e autônoma.

A origem da identidade está no grupo de pessoas com quem a criança convive e interage desde o início da vida, sendo a família o seu primeiro grupo de socialização. Também participa de outros universos sociais, como festas populares de sua cidade ou bairro, igreja, feira onde tem outras experiências, somando-se uma série de valores, crenças e conhecimentos que já traz quando entra na escola.

No entanto, é na escola que a criança alarga suas experiências devido à convivência com outras crianças e com os adultos de origens e hábitos culturais diversos, etnia diferente e conhecimentos de outras realidades distantes. A forma como a criança é recebida pelo professor e pelo grupo tem grandes impactos na formação de

Fls. Nº 35
Proc. Nº 90915720
Rubrica JA
Paço do Lumiar-MA

sua personalidade e de sua auto-estima, até porque sua identidade está em fase de construção, pois ela possui, como qualquer criança, competências próprias para interagir com o meio.

Assim, a atitude de aceitação é positiva para todas as crianças, visto que aprenderão sobre a diferença e a diversidade que constituem o ser humano e a sociedade, portanto, a escola cumpre o seu papel de socializadora, à medida que propicia o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio da aprendizagem diversificada e realizada em situações de interação na superação da visão restrita de mundo. Compreender a criança como um sujeito histórico e culturalmente localizado, significa dizer que a ação educativa com ela caminha no sentido de ampliar seu repertório vivencial, trabalhando com suas práticas sociais e culturais. Estas oferecem a possibilidade, através das mais variadas propostas, de elaborar e ampliar os conhecimentos, como também, de construir tanto a identidade pessoal de cada criança como a de cada grupo.

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Diante dos desafios da sociedade contemporânea e das definições da LDB, há que se pensar o currículo em função da concepção de criança, de desenvolvimento e de aprendizagem.

A organização curricular da creche e pré-escola com fundamentação sociocultural reconhece e valoriza as diferenças existentes entre as crianças de distintas faixas etárias e acredita na interação entre indivíduos, primando pela viabilização dos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade, contextualização, diversidade e participação, tomando a realidade das crianças como ponto de partida para o trabalho.

O caráter ativo da criança é visto, aqui, como aspecto relevante, que possibilita a realização de atividades desafiadoras, significativas e prazerosas, constituindo ponto chave para a concretização de autonomia e identidade da criança.

A estrutura curricular da proposta subdivide-se em campos de ação tematizados como:

- Identidade e autonomia (Formação Pessoal e Social)
- Linguagem Oral e escrita;
- Movimento;
- Natureza e Sociedade;
- Matemática;
- Artes Visuais
- Música

Os conteúdos propostos constantes do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) deverão ser feitas nas unidades escolares, em função das características das diferentes fases do desenvolvimento infantil e das formas de agrupamento adotadas.

As atividades serão propostas em função dos interesses das crianças, podendo ser caracterizadas como atividades de livre escolha, atividades coletivas, atividades permanentes ou rotina e atividades para a interação com a comunidade.

A Identidade e Autonomia referem-se às experiências que favorecem a construção do sujeito, e, estão organizadas de forma a explicitar as questões que envolvem o desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, seus

esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesmas. Estes eixos estão intimamente relacionados ao processo de Socialização.

✓ **Linguagem oral e escrita**

Conforme RCNEI (BRASIL, 1999), a Educação Infantil, portanto, deve promover experiências significativas de aprendizagem da língua e ampliar as capacidades de comunicação e expressão associadas às quatro competências linguísticas básicas: escutar, falar, ler e escrever.

A linguagem está presente na vida das crianças, tanto nas suas relações sociais do cotidiano, quanto na prática das instituições de educação infantil, o que se dá na medida em que todos se comunicam e expressam seus sentimentos e ideias. Além da linguagem e escrita.

A partir da Educação Infantil, inicia-se o processo de aprendizagem institucionalizada, sistemática, aonde a criança irá se desenvolver de forma harmoniosa, relacionar e integrar-se com o outro, descobrindo sua identidade e conquistando sua autonomia. É no convívio que a criança amplia o seu conhecimento de mundo e se torna um cidadão crítico, criativo, capaz de agir e interagir no seu ambiente e adquire domínio da língua materna através da participação em conversas, brincadeiras e atividades de leitura.

Desse modo, organizar-se-á a prática voltada para a promoção das seguintes capacidades:

- Utilizar a linguagem oral e escrita em situações diversas, permitindo, dessa forma, a expressão de seus pensamentos;
- Adquirir o gosto pela leitura a partir da diversidade de textos e das diferentes técnicas favoráveis a sua compreensão;
- Produzir textos utilizando técnicas diversificadas ou explorando situações do cotidiano;
- Aprender a ouvir e respeitar as opiniões dos outros.

O ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil, nesta proposta, apresenta-se de forma integrada e prática, contemplando 3 blocos: O falar e escutar; Práticas de leitura e Práticas de escrita. Os conteúdos são apresentados em forma de atividades.

✓ **Objetivos específicos**

- Explorar o ambiente numa atividade investigativa através da realização de experiências, pesquisas e projetos educativos;
- Apropriar-se das diferentes formas de representação verbal e visual, de modo a interagir com os outros através da linguagem oral e escrita e de outras formas de interação social;
- Desenvolver habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, necessárias a uma vivência saudável;
- Estabelecer relações afetivas com os adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando suas possibilidades de comunicação;
- Ampliar experiências e conhecimentos, interessando-se pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade;
- Ampliar gradativamente as relações sociais, o interesse pelo conhecimento possibilitando atitudes de respeito diversidade, ajuda e colaboração.

✓ **Orientações metodológicas**

Falar e Escutar

A linguagem oral é o meio linguístico primordial dos seres humanos. É basicamente através da comunicação oral que a criança desenvolve sua expressão mais forte de toda bagagem cultural que possui e de suas experiências de vida.

Cabe ao professor, portanto, propiciar atividades em que as crianças falem de suas impressões, sentimentos, ideias, desejos e que as escute, traduzindo os seus modos de falar e observando seus gestos e movimentos ao se comunicarem.

A roda de conversa é o momento extremamente importante para ampliação da competência verbal dos alunos, sobretudo por permitir que a criança exercite e

desenvolva sua capacidade comunicativa. O professor deve mediar esta situação pedagógica, de modo que através do entendimento do respeito ao tempo de fala do outro, regras sejam construídas, no sentido de colaborar para a fluência do diálogo.

A escrita também deve aparecer nestes momentos, no planejamento diário, no registro das regras, na anotação de ingredientes de uma receita, leitura de diferentes fontes de pesquisa (jornais, revistas, enciclopédias, livros), entre outros. Pode-se, ainda, criar momentos nos quais a criança possa ouvir e cantar músicas que conhece, declamar poesias, dizer parlendas, trava línguas, adivinhas e participar de jogos com rimas e sonorização. As conversações sobre assuntos diversos de forma intencional, passeios, filmes, excursões, acontecimentos, constituem momentos interessantes e indispensáveis para a ampliação do universo discursivo e cultural da criança.

É importante que o professor planeje situações de comunicação que exijam diferentes graus de formalidade, como as expressões de cortesia (bom dia, desculpe, com licença etc.), conversas, exposições orais, entrevistas, narração de fatos, discussão sobre filme e histórias lidas, apresentação de palco ao vivo com textos memorizados, etc.

Devemos ter em mente, refletindo ainda sobre a questão da oralidade que é um dos objetivos primordiais nesta área do conhecimento, a criação de estratégias para que o aluno utilize em toda plenitude sua oralidade na interlocução com os outros, fazendo com que a sistematização desta, através do registro escrito, tenha para a criança um imediatismo significativo.

Entendemos que a ação pedagógica deve estar voltada para elaboração de objetivos que não dicotomizem forma e conteúdo, presentes nos aspectos ortográficos, léxicos e gramaticais da língua. Deve ocorrer em um contexto no qual se reconheça os conhecimentos que a criança já tem acerca da leitura e da escrita, de forma que possibilite a emissão de um sentido a esta prática social, tendo como referência a práxis onde se sustenta.

O que a escola, tradicionalmente, considera como interesse das crianças nem sempre coincide com os delas. A criança, quando entra para a escola, já tem muitos conhecimentos. Não podemos considerar, portanto, que não tenha

nenhum conhecimento sobre a língua escrita. Já viu seu nome escrito, já participou de atividades sociais em que a leitura são elementos importantes; enfim, certamente já fez algum tipo de reflexão sobre o significado que tem para ela a leitura ou a escrita. (Teberosky & Cardoso, 1993, p.24).

Práticas de leitura

A leitura de um texto não começa pelas palavras. Muitas vezes, as pessoas reconhecem um determinado tipo de texto por suas características visuais. A leitura supõe a nossa compreensão, pois é um tipo de diálogo entre o leitor e o texto em que os nossos conhecimentos de mundo também se fazem presentes. É necessário propor antecipações, pois o leitor realiza um trabalho de construção do significado do texto a partir do conhecimento que já possui.

Para começar, nada mais significativo do que trabalhar textos conhecidos como parlendas, músicas, brincadeiras de rodas, trava - línguas que depois de repetidos, possibilitam às crianças atentarem para os aspectos sonoros da linguagem e a forma como são escritos. Cabe ao professor realizar atividades de leitura com frequência, utilizando uma diversidade de textos.

Nessa perspectiva, aprender a ler e a escrever não tem fim em si mesmo; não basta memorizar os símbolos de escrita e saber juntá-los, usando apenas a codificação e decodificação. Entende-se que o conteúdo usado é também pretexto para desenvolver funções cognitivas e operações mentais, tais como identificar, analisar, selecionar, organizar, comparar, diferenciar, levantar hipótese que, se bem desenvolvidas, beneficiarão a criança em outras situações de raciocínio.

Para favorecer a prática de leitura, o professor deve organizar momentos livres de leitura e também, estabelecer o sistema de empréstimo de livros, contemplando as habilidades operatórias, competências procedimentais e atitudinais em que aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e a viver juntos, possam estar em sintonia com o conteúdo.

✓ **Práticas de escrita**

O trabalho com leitura e escrita precisa ser simultâneo. A partir dos textos conhecidos, a criança pode escrevê-lo da forma como sabe, identificando a utilização do mesmo no dia a dia.

Todas as atividades devem estar voltadas para a questão sobre o que vem a ser a leitura e a escrita. A sala de aula deve ser um ambiente dinâmico, envolvente, catalisador dos interesses e desejos dos alunos. Nesse contexto o professor tem o papel de mediador, levantando questões sobre as concepções e hipóteses de leitura e de escrita trazidas pelas crianças, além de propiciar situações onde a contradição seja como elemento desestabilizador, a fim de que possam reconstruir sua conceitualização inicial sobre o significado de ler e de escrever. Nesse sentido é importante que os alunos convivam com produções ricas e desafiadoras que possam contribuir, significativamente, para o enriquecimento da imaginação, em que se integra o imaginário ao real.

Deve-se ainda buscar estratégias que contribuam para suscitar na criança o prazer de ler e escrever. Ressaltamos que, para este fim, a emissão de significados representa um meio relevante. Uma estratégia que contribui para esta busca é o professor se fazer mediador, trazendo para a sala de aula e oferecendo aos alunos um acervo diversificado, contemplando nesta heterogeneidade os diversos tipos de textos representantes do acervo escrito produzido pela humanidade, tais como parlendas, trava-línguas, fábulas, poesias, notícias bilhetes etc. Expor para a criança repertório variado contribui ainda para a formação de um leitor autônomo com as condições necessárias para se relacionar plenamente com o objeto de conhecimento. Para tanto, se torna fundamental que o professor selecione bons textos.

A utilização de alfabeto móvel será de grande ajuda para a criança comparar, descobrir, corrigir, trocar ideias e informações com os colegas, além de permitir fazer e desfazer a escrita.

14. SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Trabalho com Parlendas

As parlendas são lendas cantadas ou faladas, em forma de pequenos versos rimados do nosso folclore que tem como objetivo facilitar, através da recitação, a construção da leitura e da escrita. É um tipo de texto que permite elaborar inúmeras atividades de leitura, interpretação e produção de texto.

Na atividade citada acima o professor oportuniza à criança, o resgate de suas raízes, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da expressão oral e corporal, trabalhando sistematicamente com os aspectos relevantes da linguagem tais como: o ritmo, a melodia e a escrita. Para sistematizar esta intencionalidade educativa, deve escrever a letra da parlenda numa folha grande (papel pardo ou 40 kg) na presença do grupo, e colocá-la na altura de sua visão. O professor deve ler para elas em voz alta apontando cada palavra, o que auxiliará na hora em que as crianças sozinhas, em duplas ou em grupos, possam ler e cantar. Pode ainda distribuir o texto escrito, solicitando a localização de palavras significativas em seu interior, ou chamar uma criança (ajudante do dia) para localizar palavras no texto exposto em papel 40 Kg. Através de uma leitura coletiva, tendo como referência a linha melódica e o conhecimento da letra da música ou parlenda previamente memorizada pelos alunos. Além disso, o professor deve explicar o significado de parlenda; brincar com a parlenda repetindo até as crianças memorizarem; fazer brincadeira CORRE CUTIA; Distribuir fichas com as palavras que faltam para os alunos colocarem no lugar (papel pardo ou 40 kg).

- Utilizar fichas com letras ou alfabeto móvel para construção de palavras significativas da parlenda;
- Fatiar todo o texto fazendo fichas com todas as palavras para que o remontem;
- Dramatização da parlenda;
- Construção de bingos;
- Caça-palavras;
- Brincar de rima;
- Completar os versos;

- Escrever palavras que rimam.

Trabalho com a sequência lógica: fatia o texto em frases para que seja remontada.

Trabalho com música

Trabalho com a música a partir de um texto no papel 40 kg

Professor deve:

- Solicitar aos alunos que façam gestos para representar os versos (bater palma, bater o pé, girar);
- Imitar o caranguejo (caminhar e correr de lado);
- Traçar o movimento da maré no chão para que os alunos andem sobre ele;
- Leitura do texto e conversa com a criança sobre o habitat dos animais (preservação do meio ambiente);
- Pintar no texto as palavras significativas;
- Descobrir outras palavras de sons e letras semelhantes e diferentes;
- Confeção de um dicionário;
- Recorte e colagem de palavras, com mesmo som inicial e final;
- Reescrita do texto com ilustração;
- Escrita espontânea de nomes de animais;
- Exposições das produções;

15. TRABALHO COM HISTÓRIA E LIVRO INFANTIL

Ressaltamos a importância de se incorporar no cotidiano a leitura de histórias, que pode ocorrer em todos os momentos, inclusive numa roda de leitura, dando condições às crianças de manuseio dos livros para exploração do material, de modo que elas tenham oportunidade de ler segundo suas hipóteses.

Cabe ao professor a mediação deste processo, contribuindo com informações acerca das especificidades do livro: Nome do livro; Capa; Autor; Ilustrador; Editora, etc. Este momento pode ser enriquecido ainda com a análise da diversidade de funções sociais: livro de contos, de poesias, de receitas, enciclopédia, etc.

Deve-se ainda, ouvir as sugestões e respostas das crianças sobre o título: o que vai acontecer; ler para o grupo com entonação; propor que reescrevam a história utilizando da forma mais próxima possível os vocábulos e expressões contidas no texto; incentivar o grupo no universo imaginário no sentido de criar suspense a partir de cada página; solicitar aos alunos: dramatização sobre a história, recriação da história com os mesmos personagens, ilustração da história e registro escrito do nome da história e dos personagens, etc...

Outra maneira de proporcionar o contato com a escrita seria, propor atividades em que aparecem comunicações e informes, leitura de placas, cartazes, nomes, rótulos na cozinha, códigos, avisos de perigo, etc. as crianças poderão copiar desenhar, ou seja, registrar esta pesquisa de várias formas, e mais desdobrá-la, levando a mesma proposta para outros locais da comunidade, sua casa entre outros.

16. TRABALHO COM POESIA

A poesia tem papel fundamental na formação do homem criativo, pela harmonia que espalha pela emoção que imprime, pelo humor e pelo lúdico perpassado pela comunicação. O tempo, espaço, motivos, força persuasiva, musicalidade, beleza de forma e de conteúdo, clima emocional, são vividos e revividos ao serem trabalhadas as poesias.

Em síntese, o que buscamos com a construção dos objetivos inerentes à língua portuguesa nesta proposta pedagógica é que a criança se aproprie do código ortográfico, ao mesmo tempo em que estabeleça com sua língua materna uma relação de pertencimento e, conseqüentemente de prazer, se reconhecendo enquanto sujeito constituído e constituidor de linguagem, pois ressaltamos que nosso objetivo não é apenas a formação de decodificadores, mas leitores e escritores que identifiquem no escrito a fonte de registro de saber elaborado pela humanidade.

Adotamos este caminho porque acreditamos que só faz sentido ler e escrever, se o fruto desta aprendizagem for útil para que o homem possa se constituir em produtor de textos nas mais diversas demandas de uso, diante das situações que o cotidiano lhe impõe. Desta forma, colaboraremos para que este sujeito tenha uma participação efetiva no mundo letrado para acesso aos bens culturais produzidos.

17. CRIANÇA E O MOVIMENTO

Os conteúdos de educação física têm alto valor educativo pelas possibilidades de exploração que proporcionam no ambiente e pelas relações lógicas que favorecem nas crianças, através da relação com objetos, com o espaço, com as pessoas e consigo mesmas. Na primeira infância toda aprendizagem simbólica da criança depende da organização das percepções que ela colhe do ambiente em forma de estruturas cognitivas e motoras, ou seja o significado, depende, mais do que em qualquer outra fase da vida, da ação corporal. (Mourão, 1996)

Respeitando sempre características da criança como a atividade motora, o jogo e a fantasia, a escola de Educação Infantil deve ter como objetivo romper com a imobilidade que a educação sempre impôs aos seus alunos. Ao invés de ter o brincar como um importante conteúdo escolar, o que veio se estabelecendo ao longo da história foi uma separação entre o corpo e a mente – um para transportar e a outra para aprender. Por isso, a escola tem tido atitudes aprisionadoras, entendendo que as crianças para aprender precisam de disciplina, ficando presas ao mobiliário no sentido de receber passivamente os conteúdos impostos por seus professores.

As crianças, desde que nascem se movimentam e, no decorrer do tempo, vão adquirindo maior controle sobre o seu próprio corpo, aprendendo a interagir com o mundo. O Movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. Além de ser um deslocamento de corpo no espaço é uma linguagem que permite às crianças expressarem sentimentos, emoções e pensamentos, ampliarem as possibilidades do uso do gesto e posturas corporais.

O trabalho com o movimento contempla a multiplicidade de funções e manifestações do ato motor, propiciando um amplo desenvolvimento de aspectos específicos da motricidade das crianças, abrangendo uma reflexão acerca das posturas corporais implicadas nas atividades cotidianas, voltadas para a ampliação da cultura corporal de cada criança. O corpo é a referência básica para que a criança localize a si e aos outros e construa as posições, as relações esquerda/direita e maturação psicomotora.

A construção do esquema corporal envolve reflexão sobre o corpo, experimentando-o como ação e como linguagem, daí a importância dos jogos

simbólicos, das brincadeiras das cantigas de roda que são atividades importantes para desenvolver a percepção e as noções de conjunto além de trabalhar a socialização e a estética da criança nessa faixa etária.

Os Jogos sejam de regras, motores, e/ ou simbólicos, devem ser espaço para a promoção das mais diversas relações da criança com o conhecimento. Por isso, devem ser situações onde ela possa tomar decisões e agir com sua mente e com seu corpo.

O jogo simbólico é a principal forma desta fase, surgindo na Educação Física sob forma dramatização, quando a criança representa diferentes personagens e vivência variadas situações como ser Tarzan e cruzar pontes perigosas sobre rios cheios de jacarés, um leão que salta de uma pedra, uma guerreira com movimentos fortes. O professor deve planejar o espaço e as atividades de forma que o jogo simbólico possa acontecer num outro espaço que vá além do Canto do faz de conta na sala de aula.

O jogo motor, é uma outra forma da criança encontrar prazer na realização de movimentos, possibilitando junto com isso interação entre outras pessoas, bem como o desenvolvimento de capacidades físicas, habilidades e destrezas básicas (Mourão, 1996). Este tipo de jogo revela a primeira forma lúdica que surge com a repetição de movimentos, o que gera na criança satisfação de reproduzir ações tais como palmas, pulos, corridas, lançamento de objetos, jogos cantados, de roda, etc. Estes jogos então são os incluem velocidade de reação, locomoção, saltos, lançamento, equilíbrio, ritmo de percepção (visuais, auditiva, táteis, olfativas e degustativas). Estes movimentos são geralmente simples podendo ser dificultados de acordo com o desenvolvimento da criança.

O jogo de regras faz parte da cultura humana, e especialmente nas brincadeiras infantis. A necessidade de coordenar suas ações com a de outro (s), de se realizar uma atividade com prazer, fez nascer o uso das normas. Os jogos para as crianças da Educação Infantil devem ter regras simples, para que não exijam coordenação de muitas ações, deixando bem explícito o que deve ser feito em cada momento do jogo: se devem correr, fugir, agachar, saltar, parar, etc. Alguns exemplos Meus pintinhos venham cá, Batatinha frita 1,2,3 e Onde está o grilo? Os jogos de regras são aqueles

que exigem da convivência muito mais do que estar apenas brincando lado a lado: exigem a capacidade de se adaptar a situações problema e aos limites.

✓ A competição

Como atividade de jogo a competição sempre existiu, e não se pode negar a existência dos jogos competitivos na cultura infantil. Devemos refletir sobre esta questão, deixando presente a importância de se jogar sabendo-se que alguém vai vencer e/ ou perder.

Proporcionar às crianças atividades e situações onde exista competição é muito importante, alertando-as para o fato de que sempre haverá um vencedor e um vencido, e que um, sem outro, na verdade fica sem função. Discutir com as crianças sobre esta situação as faz pensar sobre o quanto é bom jogar, participar independentemente do resultado, estar em grupo, buscar caminhos com o grupo e/ou individualmente para se chegar a um objetivo, ainda que muitas vezes este não seja atingido.

De fato, a competição exige a presença do outro. Nenhuma criança poderá sair-se vencedora em um jogo se não houver uma outra que esteja competindo com ela. Nesse sentido, a competição ganha característica de verdadeira cooperação. Creio que a escola deveria explorar principalmente. (Freire, 1989, p.157).

A competição, mesmo sendo uma tradição na história do mundo, sem dúvida passa pelo aspecto de construção de um valor social. O papel do professor neste processo é fundamental, estando ele sempre preocupado em não valorizar o vencedor, evitando as premiações, tão comuns na escola tradicional. As crianças não nascem competitivas no sentido de que estão no jogo, ou em outras situações, para vencerem uma às outras. Muito pelo contrário, a competição é, no momento do jogo, a mola propulsora do saber de participar. Se observarmos crianças de 3 ou mesmo de 4 anos jogando, durante todo o percurso elas estão competindo, e no final, o primeiro vencedor vibra junto com os demais. A cada um que vai chegando, a alegria é geral, todos vão ganhando, são todos vencedores.

✓ **Objetivos específicos**

- As atividades devem se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Expressar-se utilizando gestos diversos e estimulando o ritmo corporal nas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação:

- Explorar e controlar movimentos com força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo, gradativamente, os limites e as potencialidades do seu corpo:

- Utilizar movimentos variados em jogos, brincadeiras e danças;

- Apropriar-se da imagem corporal, desenvolvendo atitudes de interesse e cuidado do próprio corpo.

- Perceber e identificar as informações visuais, sonoras e táteis que provêm do ambiente;

- Participar da construção de regras coletivas;

- Desenvolver a capacidade de adaptação a situações, problemas, espaço e regras.

- Vivenciar diferentes situações de jogo:

- Interagir com diferentes materiais;

- Cooperar com outras crianças nas brincadeiras, assim como em outras situações;

Orientações metodológicas

- Expressividade

Comunicar-se e expressar-se através de movimento faz parte do dia-a-dia da criança nos seus gestos, na dança, nas brincadeiras, na sua postura, etc., que o professor deve aproveitar, criando intencionalmente, oportunidades para que as crianças desenvolvam esses movimentos expressivos.

O espelho constitui-se em uma ótima atividade na qual as crianças aprendem a se conhecer, construindo a sua própria imagem corporal, brincando, fantasiando e

assumindo papéis diversos. O professor deve propiciar atividades, de forma sistemática, em que as crianças observem seu próprio corpo e os de outras crianças, pintando-os, desenhando-os, tocando-os, etc., como também proporcionar atividades lúdicas e prazerosas que exercitem o corpo como um todo, executando movimentos rítmicos livres, dirigidos e espontâneos, favorecendo a conquista da confiança em si mesma.

A representação das experiências observadas e vividas pode se transformar numa atividade bastante divertida e significativa para as crianças como: derreter como sorvete, flutuar como um floco de algodão, balançar como folhas de uma árvore, correr como um rio, voar como gaivota, etc., são exercícios que servem para desenvolver a criatividade.

Atividades que, também, favorecem o reconhecimento do corpo são os jogos e brincadeiras que envolvam a interação como: Siga o mestre, Seu Lobo, Estátua, etc.

- Equilíbrio e Coordenação

Os exercícios de equilíbrio e coordenação têm um valor para explorar e exercitar os movimentos do próprio corpo, seu ritmo, sua cadência e seu desembaraço, bem como os feitos que sua ação pode produzir.

As atividades de andar, correr, pular, saltar, trabalham a coordenação motora, a orientação espacial, como também as percepções visuais. O professor pode sugerir que as crianças andem livremente para frente, de costas, com as mãos na cabeça, na ponta dos pés, sobre figuras desenhadas no chão, de pernas abertas sobre uma corda esticada etc., assim como pedir que elas percorram um trajeto com um pé, depois com o outro, com os pés juntos, etc.

Desenvolver atividades com a corda é muito importante na medida em que oferece oportunidades da criança dominar o corpo e o espaço, de combinar o ritmo de seu corpo como o da corda. O professor deve propor exercícios de pular em diversos sentidos, andar em cima da corda, amarrar, puxar, etc.

Para desenvolver habilidades com as mãos e dedos, podem-se utilizar vasilhas como garrafas, jarras, latas e vidros, para transferir líquidos de um para outro, sem

derramar, tecelagem, alinhavos, rasgar e amassar jornais revistas, modelar, abotoar, tampar e destampar também são excelentes para o desenvolvimento da coordenação.

A criança pode passar de movimentos espontâneos para atividades integradoras respondendo: a dados verbais andei corra! dance! rebole! a representação com o corpo – andar de cócoras engatinhando, arrastando-se, pedalando, imitando, personagens de histórias ou musicais.

Podem também propor jogos de acertar o alvo: lançar bola com uma mão, chutar a bola, jogar por cima da cabeça, sempre tentando acertar dentro de um cesto colocado a alguns metros.

As cantigas de roda, também, são ótimas atividades para desenvolver a percepção de um ritmo comum e a noção de conjunto, acrescentando um sentido socializador e estético.

18. NATUREZA E SOCIEDADE

O eixo de trabalho, Natureza e Sociedade, abrangem temas que pertencem tanto ao mundo social como natural, abordando enfoque que provêm dos mais variados campos das Ciências Humanas, assim como as experiências, a partir da observação, devem ampliar o universo cultural e social das crianças proporcionando estabelecer a diferença entre as explicações do senso comum e o conhecimento científico.

A natureza e o mundo construídos pelo homem oferecem um rico material para o ensino-aprendizagem de ciências, pois a observação de seres, objetos e do próprio meio oportunizam a análise comparativa das características percebidas, as relações estabelecidas entre o ambiente e o homem para que através da linguagem verbal, as crianças manifestem o produto de sua aprendizagem.

✓ **Objetivos específicos**

A ação educativa deve se organizar para que as crianças sejam capazes de:

- Conhecer o próprio corpo, descobrindo suas habilidades físicas, perceptivas, valorizando os hábitos e cuidados com a saúde e bem-estar;
- Estabelecer relações entre o meio ambiente e as formas de vida;
- Compreender a natureza como um conjunto dinâmico, onde o homem faz parte desse conjunto e atua sobre ele;
- Ter atitudes positivas em relação ao ambiente, à sua preservação e conservação;
- Utilizar conceitos básicos, associando a transformação dos objetos ao meio ambiente, ao espaço e ao tempo em que vivem;
- Valorizar os modos de vida de diferentes grupos sociais: como se relacionam com o espaço e a paisagem onde vivem;
- Observar, descrever, explicar e comparar paisagens urbanas e rurais;
- Identificar as suas necessidades e características, bem como as semelhanças e Escola como local onde se realiza a construção do conhecimento.

✓ **Conteúdos curriculares**

Os conteúdos Curriculares devem ser trabalhados de forma integrada e contextualizada, com vista a atenderem às especificidades dos vários conhecimentos que incorporam, contribuindo, assim, para facilitar e organizar a prática do professor, como mediador e articulador do processo educativo e estão organizados didaticamente em blocos:

- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar;
- Os lugares e suas paisagens;
- Objetos e processos de transformação;
- Os seres vivos;
- Fenômenos da Natureza.

Faz-se necessário que o professor proceda, didaticamente, de forma a propiciar a aprendizagem significativa das crianças a partir de: questionamentos sobre o assunto (o que sabe o que gostaria de saber); participação na resolução de problemas, formulando hipóteses a respeito de determinado tema para que, coletiva e individualmente, tirem suas conclusões; observação direta para coletarem dados e informações, registrando-os através de técnicas sugeridas pelo professor ou pelas crianças.

✓ **Orientações metodológicas**

1º Bloco: Organização dos Grupos e seu Modo de ser, viver e Trabalhar.

As atividades pedagógicas que devem nortear a prática do professor, no que diz respeito a esse bloco de conteúdos que trata da diversidade de hábitos, maneiras de viver o dia-a-dia, costumes e diferentes momentos de vida, lugares e povos, incluindo aí as etnias e seus costumes, devem proporcionar reflexões participativas e garantir a construção do conhecimento socialmente difundido através dos tempos.

Ampliação do conhecimento a respeito do contexto mais próximo e que faz parte do cotidiano das crianças deve possibilitar a percepção das semelhanças entre os costumes e também das diferenças que por sua vez, não devem servir de meio para massificar, discriminar e rotular o jeito de ser, viver, trabalhar e criar das pessoas. Além de aprender novos conceitos e assimilar novas informações, a criança estabelecerá alicerces para a construção de conhecimentos básicos necessários às séries subsequentes.

O professor poderá desenvolver Projetos explorando temas como:

- **Comunidade** - onde as crianças pesquisarão a história da cidade, colecionarão fotografias, folhetos, cartazes, confeccionando mural didático ou mostruários; realizarão entrevistas com idosos e representantes de órgãos de proteção ambiental. Integrando conteúdos de ciências (Natureza) e sociedade, podendo sugerir atividades que fazem a comunidade (pai, mãe, irmãos). Podendo também, confeccionar álbuns que mostrem as diferentes fases do desenvolvimento humano e as transformações decorrentes de cada idade.

2º Bloco: os lugares e suas paisagens

A partir do questionamento das crianças e das observações do professor, é possível direcionar, sistematicamente, a observação dos componentes da paisagem local (cidade, bairro, rua etc.), assim como conhecê-los e reconhecê-los a qualquer momento em que o professor utiliza recursos como: cartões postais, gravuras, recortes de jornais, etc.

É necessário que o professor perceba os assuntos que despertam o interesse da criança, contextualizando-os de forma criativa, permitindo que sua intenção pedagógica tenha sucesso. Os temas sugeridos na sala de aula devem estar relacionados ao dia-a-dia das crianças, integrando sempre o lado social e natural da situação em questão. O professor deve ser o mediador no processo de construção do conhecimento percebido pelas crianças como: os lugares, as paisagens e as mudanças que aconteceram no decorrer dos anos, por ação do homem ou da natureza.

Sugerem-se algumas estratégias que o professor poderá utilizar para enriquecer e vivenciar os temas referentes a este bloco:

- Exposição de fotografias, cartões postais, recorte de jornais etc.;
- Seleção de músicas que falem sobre lugares e paisagens que contem e interprete ideias;
- Desenhos de plantas de rua/croquis;
- Observação de mapas, globos terrestres;
- Confecção de maquetes que retratem paisagens urbanas e rurais e a modificação do ambiente ocasionada pela ação do homem;
- Aula-passeio nos laçais de interesse histórico ou patrimônio ecológico.

3º Bloco: objetivos e processos de transformação

Sugere-se ao professor que crie situações de aprendizagem nas quais as crianças possam observar e perceber as características e propriedades dos objetos disponíveis, oferecendo-lhes novas informações e experiências diversas.

É importante que as crianças sejam incentivadas a pesquisas, utilizando fotos, ilustrações e entrevistando pessoas da comunidade ou fontes escritas, a fim de conhecer a utilidade dos recursos naturais que as diversas culturas desenvolveram e as transformações por que passaram ao longo dos tempos.

4º Bloco: seres vivos

Na educação Infantil, é possível realizar um trabalho por meio do qual as crianças possam manter o contato com animais e plantas, possibilitando a observação, comparação e estabelecimento de relações, ampliando, assim, o conhecimento acerca dos seres vivos. Partindo sempre das ideias e representações que as crianças possuem, o professor pode fazer perguntas instigantes e oferecer meios para que busquem maiores informações e possam reformular suas ideias iniciais.

É interessante que as crianças tenham a oportunidade de confeccionar dicionário ilustrado com tipos e características dos animais e plantas, promovam campanhas com slogans em defesa destes; confeccionem mural com algumas espécies da fauna e da flora. É possível selecionar, junto com as crianças, materiais a serem expostos como

fotos, gravuras, ilustrações, desenhos das crianças, maquetes, textos coletivos ou individuais para que possam ser socializados, também, para outros grupos da instituição, como resultado de uma pesquisa, de uma entrevista com pessoa da comunidade.

Exemplos de algumas atividades:

Chazinho da vovó (plantas medicinais ou chás, etc)

Salada de frutas (cada criança escolhe uma fruta falando em voz alta)

Espelho (duas rodas, uma criança sendo o espelho do outro, fazendo tudo que o outro fizer sem sorrir) etc.

5º Bloco: fenômenos da natureza

Sugerem-se nesse bloco, entrevistas com pessoas da família ou da própria comunidade para conhecer a existência de lendas ex: lenda do trovão, da mandioca, da noite etc.

É necessário ainda, que sejam enfatizadas em atividades que possibilitem mudança de atitudes, valores dos alunos e da comunidade através de campanhas, dramatizações, criação de mensagens, slogans que abordem cuidados, preservação do meio ambiente, contribuindo para a qualidade de vida e para sobrevivência do homem em relação à natureza.

✓ **Sugestões de atividades:**

- Observando o arco-íris
- Mas que fogo! (fazer um mural mostrando os cuidados que devem ter com o fogo e as consequências do uso indevido do fogo para o ambiente e para as pessoas.)
- Jornalzinho das Ciências (fazer um mural com notícia da Ciência, experiência do copo vazio na água de boca para baixo, tentar segurar o ar com as mãos, etc.)

19.A CRIANÇA E A MATEMÁTICA

A matemática está presente na vida de todos. As crianças, desde muito pequenas, se veem diante de situações em que os números aparecem nas suas mais diversas funções, registrando as contagens, as quantidades, os valores, a temperatura, o horário, a localização. Eles aparecem, também, nos diferentes portadores, tais como: nas portas das casas, nas páginas dos livros, nos relógios, nos telefones, no dinheiro, nas placas dos carros, nos documentos, enfim povoando o cotidiano. Trazê-los para o espaço da sala de aula, da escola, é reconhecê-los como um conhecimento construído historicamente pela humanidade, bem como instrumento para os meninos e meninas melhor se relacionarem com o mundo que os rodeia.

Para que o sujeito aproprie-se de conceitos como o de número, é necessário que exercite a ação mental sobre o social de conhecimento. Ao relacionar quantidades entre si, a criança constrói este conceito, que não é ensinável. Para tanto, o espaço escolar deve propiciar situações significativas de aprendizagem, em que a criança aproprie-se dos conhecimentos matemáticos por aproximações sucessivas às regras que organizam o sistema de numeração.

Contrapondo-nos assim, à noção de que, preparando as crianças para o contato com as pequenas quantidades estaríamos ensinando os números, ou mesmo num percurso que favoreceria a princípio o treinamento do raciocínio lógico matemático, reforçamos que ambos não podem ser ensinados externamente, em caráter preparatório para as futuras aprendizagens.

Assim como a leitura e a escrita é que possibilitam a alfabetização e não vice-versa, o livre trânsito no mundo dos números é que possibilita a construção do conceito de números é que possibilita a construção do conceito de número, qual por sua vez é resultante de classificação, seriações e ordenações. (Deheinzelin, 1994, P.93).

Ao transitar pelo mundo dos números, estamos nos relacionando com as questões relativas à Aritmética, contextualizando-os em quantificações comparadas entre si.

Quando as crianças registram quantidades, têm uma excelente oportunidade de compreenderem o modo de construção do sistema decimal, além de utilizar o registro como elemento estruturador de seu próprio raciocínio. (Deheinzeln, 1994, 117).

O conhecimento matemático (contagem, relações de qualidade, relações espaciais, propriedades geométricas, etc.) é construído pelas crianças através de interações com o meio e com outras pessoas. Para que haja esta interação e para que o conhecimento matemático se efetive, é necessário que em toda situação apresentada para a criança o professor faça comentários, formule perguntas, provoque desafios e incentive a verbalização e representação escrita da criança. Tudo isso irá permitir à criança fazer descobertas, expor e argumentar ideias próprias, fazer relações, organizar o pensamento, situar-se e localizar-se especialmente, formular e comunicar procedimentos de resoluções de problemas.

Nessa perspectiva, o trabalho da matemática, tem como objetivo maior fazer a criança compreender melhor o mundo em que vive e perceber a utilidade da matemática em seu cotidiano. Para que isso ocorra, é necessário que planejemos situações em que utilizem os números como:

Elaborar listas com números de linhas de ônibus da cidade, números de telefones úteis, números de placas de carro e solicitar a leitura deles, segundo suas hipóteses.

Orientar na organização de fichas onde cada um vai anotar os números referentes a si próprio, tais como: idade, data de nascimento, número do calçado, peso, altura, número de irmãos, número de amigos, etc.,

Trabalhar diariamente, com o calendário para identificar o dia do mês e registrar a data, de acordo com as hipóteses formuladas.

Partindo dos conhecimentos prévios dos meninos e meninas, os conhecimentos já construídos, os fatos, os procedimentos utilizados, as atitudes e valores, estaremos propiciando o estabelecimento de múltiplas relações entre os conhecimentos anteriores e o novo. Portanto, o professor deve valorizar os saberes de cada criança como ponto

de partida, viabilizando a construção progressiva da autonomia intelectual, e de um ambiente que inspire a investigação, a troca de informações entre os pares e com o próprio professor.

As fontes de informação presentes na sala de aula que podem favorecer a pesquisa são: o calendário, as listas de endereços, a fita métrica, enfim os textos sociais matemáticos. Segundo Délia Lerner, educadora argentina, produzir, comparar e interpretar os números são fatores primordiais no trabalho com a compreensão do sistema de numeração.

Além das situações cotidianas, as situações-problema e os jogos constituem-se em propostas privilegiadas de ensino-aprendizagem na Educação Matemática.

Desta forma, destacamos que os jogos:

- Possibilitam registros numéricos, realizando os registros espontâneos as crianças constroem hipóteses sobre as anotações numéricas, e é pensando e interagindo com o mundo dos números que elas poderão se apropriar desse conhecimento;
- Propiciam intercâmbio de opiniões entre os jogadores, através das argumentações. Assim, essa situação torna-se mais instrutiva do que simplesmente alcançar o resultado correto;
- Permitem trânsito livre entre os erros construtivos, com a lógica da criança que sempre corresponde ao modo convencional socialmente de resolver as questões;

A proposta é trabalhar com a solução de situações-problema, significativas às crianças, a partir de situações cotidianas que possibilitem os registros espontâneos.

Os registros das crianças são testemunhos preciosos que permitem ao professor acompanhar seu raciocínio. Analisando estes registros – as anotações de cada criança –, o professor pode saber o que ela já sabe, como está articulando as informações recebidas e de que informações mais necessita. (Cavalcanti & Deheinzelin, 1992, p. 69).

Em relação à aprendizagem da matemática, dois aspectos nos chamam a atenção: as atividades lúdicas (jogos e brincadeiras) e a resolução de problemas.

A ideia de que o conhecimento matemático se adquire através de atividades lúdicas é, até certo ponto, correto. Porém, isso só ocorre quando há uma intenção educativa que proporcione à criança algum tipo de conhecimento matemático. Para tanto, é necessário que haja um planejamento do professor, para que os objetivos predeterminados sejam alcançados.

Quando à resolução de problemas na Educação Infantil, as situações devem ser planejadas, contextualizadas, para que possibilitem o uso dos conhecimentos prévios da criança, de estratégias, de diferentes formas de representação e comunicação que justifiquem a busca e a produção de novos conhecimentos.

Os conteúdos de Matemática aparecem de forma integrada, embora elas se subdividam em três blocos:

- Números e sistema de numeração - envolvem contagem, escritas numéricas e operações matemáticas;
- Grandezas e medidas - envolvem a comparação de grandezas e a introdução às noções de medidas;
- Espaço e forma - envolvem posição, propriedades geométricas de objetos e figuras, representação bidimensional e tridimensional de objetos/identificação de pontos/descrição e representação de pequenos trajetos.

✓ **Objetivos específicos**

- Desenvolver as capacidades de raciocínio lógico, relação espaço temporal, criatividade e habilidade psicomotoras;
- Elaborar e resolver questões-problemas, utilizando as operações fundamentais associadas a situações do dia-a-dia;
- Utilizar os conhecimentos prévios para estabelecer comparação entre formas bidimensionais e tridimensionais;
- Estabelecer relações entre as unidades de medida a partir das situações presentes no seu cotidiano.

20. GRANDEZAS E MEDIDAS

O processo de medidas está presente no dia-a-dia da criança. Desde os primórdios, o homem já buscava instrumentos mesmo não convencionais, como passos, pedaços de barbante, palitos etc., para dar a importância de respeitar os conhecimentos vivenciados pelas crianças.

O professor precisa proporcionar atividades como: organização de painel com peso e idades das crianças para que elas observem suas diferenças; comparação dos pesos, através da brincadeira um carregando o outro para perceber o mais leve e mais pesado; desenho de pequeno percurso e trajetos, observando pontos de referências.

O tempo é uma grandeza mensurável que requer mais do que a comparação entre dois objetos e exige relações de outras naturezas. Partindo destes conhecimentos, o professor poderá criar situações-problema onde as crianças possam buscar soluções de forma diferente e estabelecer relações entre grandeza, como também aprender a utilizar instrumentos convencionais, como balança, fita métrica, régua, etc. Dia e noite; manhã; tarde, noite, dias da semana, meses, ano, etc. Presente, passado e futuro; antes, agora e depois.

A criança tem suas experiências que precisam ser sistematizadas em conhecimentos, pois o dinheiro representa o valor dos objetos e do trabalho. As moedas e cédulas têm um valor convencional, onde se pode trabalhar troca, fazer operações, criar e resolver problemas, a partir de organização de brincadeiras ou situações de interesse das crianças, como, feirinhas, supermercados, farmácia, etc.

21. ESPAÇO E FORMA

O espaço é explorado pelas crianças, aos poucos, por meio da percepção de uma coordenação de movimentos, onde elas descobrem profundidade, analisando os objetos, as formas e organizando mentalmente seus deslocamentos. O professor deve propor desafios que dizem respeito às relações habituais da criança com o espaço, como construir, deslocar-se, desenhar etc., apresentando situações significativas que dinamizem a estruturação deste, porque espaço e forma deve ser trabalhada de forma integrada.

Portanto, o professor pode aproveitar as formas existentes no espaço físico, onde a criança vive a fim de que possa explorar, comparar, levantar hipóteses, buscando alternativas para melhor elaboração de seu conhecimento matemático.

22. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A criança precisa ser desafiada a construir seu conhecimento ao contactar com os números em seus diferentes contextos, partindo de atividades interessantes e prazerosas, como: cantigas com rimas infantis, envolvendo contagem e números; confecção de álbuns de figurinha, indicando as que faltam nas páginas, ou seja, as páginas que têm mais e as que têm menos.

É importante que a criança utilize a contagem de forma significativa, ou seja, ao contar, distinga o que já contou e não conte duas vezes o mesmo objeto, evitando, assim, a mecanização, para que ela compreenda realmente o que está fazendo. A montagem de tabela, criando problemas para comparar a ordem escrita e numérica; jogo de baralho, bingo, encaixe e adivinhações que permitam que as crianças pensem e utilizem a sequência ordenada dos números, considerando o antecessor e o sucessor, comparação do tamanho dos pés para observação dos números de seus sapatos, relacionando o que é igual e o que é diferente.

O professor precisa criar situações, atendendo às diferenças individuais das crianças, pois a aprendizagem entre elas ocorre de forma diferente.

23.A CRIANÇA E A MÚSICA

A música é um dos diferentes recursos que contribuem bastante para o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança, pois é uma linguagem rica e dinâmica que traduz através de sons, onde expressa e comunica sentimentos e pensamentos na interação entre som e silêncio. Está presente em todas as culturas e em todas as situações da vida humana. Existe música para ninar, dançar, chorar os mortos, brincar, etc., de acordo com os costumes e momentos próprios de cada povo.

Para SNYDERS, o ensino da música pode fazer ouvir e, portanto, fazer-se ouvir. Por si só, ela contribui para o pensamento criativo. A música não deve servir apenas para formar hábitos, atitudes e comportamentos ou para outros propósitos (realização de comemoração e memorização de conteúdos), mas para relacionar-se ao contexto educacional de forma prazerosa, integradora e integrando-os às outras áreas de conhecimentos, sem deixar de lado questões especificamente musicais, pois ela é uma arte que pode atingir, de forma integral, o ser humano.

Portanto, a observação da espontaneidade da criança frente à música pode proporcionar excelente material de estudo de seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor, pois, além de provocar movimentação interna ou externa, ela, sendo trabalhada de forma criativa, provocará respostas criativas das crianças.

✓ **Objetivos específicos**

O trabalho com a música deve se organizar de modo a desenvolver as seguintes capacidades:

- Observar, perceber e ouvir sons de diferentes matérias em diferentes ambientes e situações;
- Ouvir e apreciar produções musicais atuais e antigas;
- Produzir músicas com instrumentos existentes ou construídos;
- Brincar com a música, recriar, imitar e reproduzir canções;
- Explorar e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, compondo, improvisando e interpretando músicas variadas.

✓ **Orientações Metodológicas**

Deve-se levar em consideração a regionalização, os costumes e os hábitos, a grande diversidade cultural de nosso país, quanto à musicalidade de nosso povo, deve fazer parte de um todo, integrando, comunicando e expressando, através da música, os sentimentos, emoções e a criatividade da criança.

Organizaram-se os conteúdos na área de música, em dois blocos: o fazer musical e a apreciação musical. É necessário que o professor de Educação Infantil, ao trabalhar o fazer musical, falando, cantando e brincando com as expressões musicalmente, para que elas sejam capazes de ouvir ao seu redor com atenção, pois a escuta é uma das ações fundamentais para a construção do conhecimento referente à música.

Deverão ser organizadas oficinas para a construção de instrumentos musicais que estimulem a pesquisa, a imaginação e a criatividade das crianças, selecionando e utilizando materiais diversos, como: caixa de papelão, grãos, pedrinhas, latas etc. O brincar com a música, ou com os jogos e brinquedos musicais constituem importante fonte para o desenvolvimento da expressão musical.

Outra atividade também interessante é utilizar histórias infantis, especialmente sem legenda, para fazer a sonorização, trabalhando a percepção auditiva, discriminação, intensidade e timbre. O conto de fada e as próprias criações das crianças são materiais ótimos para sonorizar com a voz, o corpo e objeto, transformando-se em atividades ricas e prazerosas.

O professor poderá utilizar jogos musicais variados para que a criança improvise, descobrindo sons, imitando e acompanhando ritmos diversos, como também estimulando a criação de pequenas canções com base nas experiências musicais que já possuem, podendo utilizar, nas canções, rimas com os próprios nomes dos colegas, nomes de frutas, cores, etc.

A música contribui para esse processo de construção, ao favorecer a recepção de informações de modo espontâneo e internalizá-las de modo fácil e significativo.

24. ARTES VISUAIS

A arte está presente no dia-a-dia da criança, pois é uma das formas mais significativas da comunicação humana. É concebida como linguagem com estrutura e características próprias, cuja aprendizagem acontece na articulação do fazer artístico, com a aplicação e a reflexão.

As artes visuais colocam a criança em inúmeras possibilidades de comunicação e expressão, através da utilização de diferentes materiais que permitem a transformação, a reutilização e a construção de novos elementos e formas. Elas integram o pensamento, a sensibilidade, a percepção, a imaginação e a cognição da criança.

Piaget afirma que a arte não entra na criança, sai dela, daí ser vista como testemunha da história construída através dos tempos e das influências da cultura. Ela emerge como componente curricular no sentido de promover o desenvolvimento cultural e propiciar abertura para a vivência da afetividade, compreensão e expressão.

Contribuir para a formação da sensibilidade das crianças significa incentivar e criar oportunidades para que elas se expressem, ampliem e enriqueçam suas experiências, aumentando suas possibilidades de entendimento da realidade, com o olhar curioso, descobridor, aberto a entendimento da realidade, aberto a perceber, esmiuçar, buscar o belo, contemplar, comparar, perceber e partilhar.

As modalidades artísticas que podem ser contempladas, na Educação do repertório de imagens, são as artes plásticas: desenho, pintura, colagem, montagens e justaposição de sucata, construção, teatro, dança, utilizando os elementos da linguagem das artes visuais – ponto, linha, forma, cor, volume e textura.

É importante que a criança conviva com produções ricas e desafiadoras e seja capaz de ir além, buscando novos conhecimentos, estabelecendo novas relações com o que a cerca, permitindo, também o prazer e o interesse pelo conhecimento e o incentivo à criação.

✓ **Objetivos específicos**

Aprendizagem em arte deve garantir oportunidades para que as crianças sejam capazes de:

- Ampliar o conhecimento de mundo através da manipulação de objetos e materiais diversos;
- Representar ideias e sentimentos através de desenhos e pinturas, colagens, construção e jogos dramáticos;
- Produzir trabalhos criativos nas diversas modalidades de artes visuais;
- Interessar-se pelas próprias produções e de outras crianças e pelas obras artísticas apresentadas, valorizando os trabalhos realizados coletivamente ou individualmente;
- Explorar materiais, instrumentos e suportes necessários para produções artísticas;
- Utilizar, em trabalhos práticos, materiais industrializados e de confecção caseira;
- Desenvolver a expressão artística bidimensional e tridimensional, construindo objetos e maquetes.

Os conteúdos apresentados estão organizados em 02 Blocos:

- - O Fazer Artístico;
- - Apreciação em Arte Visuais, que serão explorados de forma integrada, de modo a permitir a compreensão da diversidade da produção artística, através do contato com as imagens e uso de diferentes materiais.
- **Orientações metodológicas**

O Fazer Artístico

São de grande importância o manuseio e a utilização de instrumentos para a construção do fazer artístico pelas crianças tais como: lápis, tintas, papéis, colas e outros, por permitir que as crianças, percebam marcas, cores, texturas, além de favorecer a construção de objetos variados a partir do seu repertório e da exploração e utilização dos elementos das artes visuais.

É necessário que o professor deva oferecer diversas oportunidades para que as crianças possam criar suas produções, bem como familiarizá-las com os procedimentos ligados aos materiais como caixas, latinhas, diferentes tipos de papéis, papelões, plásticos, embalagens de produtos de construção de objetos.

O desenho deve ser livre, sem intervenção direta, explorando e utilizando, em suas criações, os diversos materiais como lápis preto, lápis de cor, lápis de cera, canetas, carvão, giz, penas, gravetos, papéis, cartolinas, lixas, areia, terra, folhas etc.

Uma intervenção que pode ser feita para que a criança desenhe a partir do que já existe é propor que faça desenhos observados as diversas situações, fatos do cotidiano, cenas, pessoas e objetos a fim de ampliar as suas possibilidades de escolher temas para trabalhar, desenvolvendo seu repertório oral e visual e sua linguagem pessoal.

Nas atividades de desenho ou pintura, é aconselhável que o professor esteja atento para oferecer sugestões de suportes variados de diferentes tamanhos e formas para serem utilizados, individualmente ou em pequenos grupos, como panos, madeiras, papéis, que possam permitir à criança o gesto solto, o movimento amplo e favoreçam um trabalho de exploração da dimensão espacial, tão necessária a esta fase de desenvolvimento. Com as atividades propostas propicia-se o desenvolvimento da criatividade, da percepção das relações de causa e efeito, das semelhanças e diferenças entre materiais.

Trabalha-se, também, uma mesma informação de diversas formas, elegendo um instrumento, como pincel, para usá-lo em diferentes superfícies (papel, lixa, argila, etc.) ou um mesmo meio, como a tinta, em situações diversas (soprando em canudo, com esponjas, com carimbo, etc.) As criações tridimensionais devem ser feitas por etapas, pois exigem diversas ações, como colagem, pintura, montagem, etc. Sugere-se projetos como forma de trabalho integrado (a construção de maquetes da cidade, da escola, do bairro, da rua onde mora), para proporcionar atividades que envolvam composição de volumes, equilíbrio, etc.

A seleção e a organização de materiais devem ser feitas com muito cuidado, preservando a segurança das crianças. Contudo, os recursos devem ser organizados de forma que todos tenham acesso livre e manuseio à escolha dos alunos. Isso

Fis. N° 69
Proc. N° 4095/10
Rubrica N
Paço do Lumiar-MA

contribuirá para o cuidado individual e coletivo, dando, assim, noções de responsabilidade e conservação.

Ao término dos trabalhos, o professor deve fazer elogios sobre as produções de cada criança, pois isso colabora com a auto-estima e estimula as criações mais evolutivas, além de fortalecer o reconhecimento, à singularidade de cada um, mostrando que não existe um jeito certo ou errado de fazer arte.

25. APRECIÇÃO EM ARTES VISUAIS

Apreciar artes visuais é fazer leitura de imagens e interpretar ao seu modo. É assim que as crianças fazem a sua construção. O professor deve atuar como provocador da apreciação e da leitura das imagens, devendo acolher e socializar as falas das crianças, registrar e acompanhar a sua evolução. É importante elaborar perguntas que estimule a observação, a descoberta e o interesse das crianças como: O que você mais gostou? Como será que o artista conseguiu estas cores? Que instrumentos usou? É interessante ainda, que o professor trabalhe temas significativos, que os trabalhos de artes visuais aconteçam em atividades interdisciplinares. O professor poderá ainda explorar cenas ou personagens de historinhas já trabalhadas, pois as crianças sentirão prazer em identificá-las, podendo ser aproveitadas, também, para dramatização na sala, utilizando espaço e objetos do próprio ambiente.

As produções das crianças podem virar brinquedos, utilizando-os, tão logo a atividade termine, além de poderem ser arquivadas e documentadas até que percebam seu processo criativo e o montante dos trabalhos produzidos, que poderão servir de apreciação para outras séries, ou um grande motivo para se preparar uma mostra de trabalhos artísticos dentro ou fora da instituição. O professor deve estar sempre atento às particularidades e esquemas de conhecimentos específicos a cada faixa etária e ao nível de desenvolvimento das crianças, procurando trabalhar pensamento, sensibilidade, percepção, imaginação, cognição e intuição de forma integrada.

As técnicas a serem aplicadas devem constituir meios de encaminhar as crianças para a criação de sua própria obra e para apreciação e valorização do trabalho do outro. Daí a necessidade de o educador não interferir na atividade criadora, uma vez que o desenvolvimento da auto-expressão é marcante e todas as crianças são capazes de se expressar livremente e de forma original, quando não sofrem pressões ou inibição por parte do trabalho.

Sugestões de Técnicas de Desenho:

- Utilizando o carvão para desenhar, borrar com o dedo ou chumaço de algodão;

- Desenho coletivo, utilizando lápis de cera cortado raspado e cobrir a pintura com tinta guache;
- Fixar papel pardo na parede e pedir a 3 ou 5 crianças para desenharem livremente onde uma começa e a outra termina;
- Desenho com giz molhado / desenho sobre a lixa;

De Pintura:

- Pintura com esponja molhada em tinta. Onde se bate no papel;
- Pintura direta com pincel ou sobre desenho vazados;
- Pintura tipo ladrilho - pingando gotas de tinta guache de varias cores sobre ladrilho de vidro e cobre-se com o papel, pressionando levemente.
 - A tinta se espalha e a impressão marmoreada fica no papel
 - Pintura soprada com canudos de refrigerante e tinta Guache; Pintura de dedo com goma colorida;

De Recorte e Colagem

- Utiliza-se material diversificado (papel, gravuras, fios de lã, retalhos de tecidos, folhas de plantas, palitos e etc);
 - Quebra-cabeça selecionando figuras de revistas coladas em cartolina e recortadas em formas geométricas;
 - Serragem, areia, casca de ovo quebrado para colar e deixar secar;

De Modelagem

- Argila, barro, massa de modelar (caseira industrial);
- De dobraduras
- Utilizando papel chamex / papel pardo, laminado e seda.

As técnicas sugeridas serão integradas aos temas trabalhados de forma interdisciplinar.

26. METODOLOGIA

Pela metodologia perpassa a concepção de sujeito e conhecimento. Sendo muito mais do que um caminho, ela é uma orientação da ação pedagógica, refletida no professor com relação a sua prática.

Fundamentar esta ação priorizando princípios comprometidos com uma visão crítica do mundo e de sociedade, ou seja, com base nos trabalhos de Piaget, Vigotsky, Emília Ferreiro, Wallon, Paulo Freire, entre outros, nos faz pensar e repensar uma prática de educação.

Queremos uma Educação Infantil longe de uma ação reprodutora ou marginalizadora sendo então uma busca de alternativa onde o professor possa propiciar o desenvolvimento de seus alunos enquanto sujeitos autônomos, construtores de conhecimento e de cultura, bem como a vivência e formação de grupos sociais participativos e cooperativos.

Por isso as salas de aula devem ter características comuns, onde em cada uma delas muitas histórias diferentes irão acontecer. Da mesma forma, o quantitativo de 20 (vinte) crianças por turma, repensado para que se possa ver cada uma delas e o grupo.

O trabalho deve acontecer com base numa metodologia participativa, entre os professores, os alunos, os pais, com trabalhos em grupos, com pesquisas e questionamentos, numa ação dialógica, deixando aparecer suas diferentes falas, sem perder de vista a individualidade da criança, suas iniciativas particulares, suas preferências. A afetiva não pode ser esquecida, fazendo acontecer um dia-a-dia construtor de relações afetivas, que passa pelo toque da pele, de nosso corpo, da fala, do ouvir, da atitude do professor em se abaixar para falar como as crianças, olho no olho, se preocupando em não ter uma relação autoritária com elas.

O trabalho passa a ser visto desta forma como processo, o que facilita superação de dificuldades durante seu desenrolar, podendo ocorrer mudança de rumo, um novo resultado se necessário. Aliás, o resultado do trabalho deve ser um compromisso, pois assim se poderá avaliar e acompanhar o processo.

Desta maneira, se exclui uma prática com base no fazer por fazer, não se aceita o jogar por jogar, o combinar por combinar, reforçando que a ação pedagógica é um meio para que se atinja aquilo que se pretende, ou seja, os objetivos gerais e

específicos, que por sua vez estão atrelados às finalidades educativas, dando início a uma ação em cadeia: finalidades educativas – objetivos – metodologia – planejamento – atividades.

Como citado acima, as finalidades educativas e os objetivos desta proposta devem estar coerentes com o tipo de planejamento e com a execução das atividades. Isto quer dizer que, na riqueza desta criança que é sujeito, produtora de cultura e de conhecimento, a metodologia não pode estar baseada no simples e enfadonho descarregar de informações pelo professor, ou mesmo em atividades mecânicas e repetitivas.

Devemos enquanto educadores ter um olhar, desde as finalidades educativas até as atividades, bastante centrado nas múltiplas estratégias de organização dos conteúdos, trazendo um planejamento com base nos projetos – da própria turma, que envolvam todas as turmas, outros de acordo o meio social onde vivem, ou seja, a comunidade – atividades em pares de crianças, em grupos pequenos, no grupão, entre outras.

Os dias da Educação Infantil podem ser mais proveitosos sob todos os pontos de vista, deixando acontecer as Rodas de Conversas, as pesquisas em casa ou na própria escola, apresentação de material enriquecedor para as crianças por parte do professor, lanches coletivos, passeios, etc.

27. PLANEJAMENTO

Planejar resulta de reflexão sobre o mundo, sobre a relação do homem-mundo e sobre a prática pedagógica necessária a determinado momento. É um meio orientador do trabalho que indica o que se pretende atingir e de como fazer na dinâmica de sala de aula.

O professor não pode deixar de planejar o seu trabalho para não cair na rotina e na improvisação. A melhor forma de garantir uma ação pedagógica efetiva é planejar, de forma integrada, levando em consideração os conteúdos conceituais (o saber), procedimentais (saber fazer) e atitudinais (o ser).

Os Conteúdos conceituais referem-se ao conhecimento de dados, fatos, datas e outras informações que aluno precisa saber.

Conteúdos procedimentais referem-se a habilidades, técnicas e estratégias que o aluno deve adquirir com predomínio de habilidades motoras.

Conteúdos atitudinais referem-se às atitudes, valores e normas considerados necessários para o convívio em uma sociedade democrática. Seu mais eficiente aliado, construindo-o em sua práxis, contemplando neste a sua concepção da transmissão/construção de conhecimento.

Neste contexto, o professor é essencialmente um planejador de estratégias que possibilitem a mediação entre o conhecimento espontâneo da criança e o conhecimento científico. É necessário que o professor valorize o ato de planejar numa direção significativa e que vislumbre no planejamento seu mais eficiente aliado, construindo-o em suas práxis, contemplando neste a sua concepção da transmissão/construção de conhecimento.

O planejamento tem múltiplas funções, contempla não apenas a intencionalidade de tornar concreta a ação pedagógica, como ainda auxilia o professor na organização dos recursos materiais, já que a previsão de atividades permite que o material seja selecionado, possibilitando a melhor alocação do tempo.

Inegavelmente o professor é o agente organizador do processo, entretanto, diante do propósito de tornar a prática pedagógica viva e diretamente relacionada com o cotidiano da criança, deve buscar efetivamente a participação de todos no

planejamento coletivo da turma, entendendo esta inserção enquanto um exercício diário de construção da coletividade.

O planejamento deve considerar as necessidades das crianças e ser desenvolvido a partir de três vertentes:

Os conteúdos que julgamos necessário para o desenvolvimento da criança;

As vivências infantis que venham contribuir para sua formação cultural os interesses e assuntos sugeridos pelas crianças.

A organização das atividades deve ocorrer de forma interdisciplinar e contextualizada, reunindo as áreas de conhecimentos cujos conteúdos permitem um tratamento pedagógico-didático integrado, onde o professor possa eliminar as barreiras entre as pessoas de modo a buscarem alternativas coletivas de habilidades, de atividades lúdicas e de auto-expressão. Nesse sentido, identifica-se o planejamento como instrumento que garante, através do registro, a visualização da complexa integração dos objetivos, sendo assim, lugar de reflexão da práxis do professor permitindo um constante re-significar desta.

É importante que o professor faça do planejamento um instrumento que facilite sua ação pedagógica tendo claros os seguintes aspectos:

- O que fazer? – Atividades a serem desenvolvidas com as crianças.
- Para que fazer? – São os objetivos, a intenção do que se quer desenvolver na criança ao realizar cada atividade.
- Com que fazer? – São os recursos necessários para a realização das atividades.

Na elaboração do planejamento, há momentos ou etapa que devem ser levados em consideração como norteadores da ação de planejar.

Conhecimento da realidade: onde está inserida a comunidade escolar (possibilidades, recursos, características, necessidades, problemas, etc.)

- Conhecimento do aluno: sua bagagem cognitiva, social e efetiva que traz para a escola e não pode ser ignorada na previsão das atividades;
- As relações conteúdo x objetivos: o que trabalhar – conteúdos conceituais, procedimentais, atitudinais e com que finalidade. Devem estar bem relacionados em

linguagem clara e compreensível. Os critérios a serem observados na seleção são: conteúdos significativos, logicidade e continuidade.

- Seleção e descrição de atividades: adequadas aos conteúdos, desafiadoras e motivadoras da aprendizagem para os alunos participarem efetivamente da descoberta e da construção do saber;
- Previsão de uso de recursos: meio que proporcionem desafios necessários para o enriquecimento das atividades e prendam o interesse da criança ao conteúdo, propiciando uma aprendizagem significativa.
- Decisões sobre a avaliação: apresentando uma visão do progresso das crianças e do próprio professor, onde o professor avalia observando, registrando os avanços e dificuldades. Esse trabalho ajuda o professor a conhecer o desenvolvimento da criança e o seu desempenho em sala de aula.

As diferentes dimensões dos conteúdos devem ser levadas em conta, uma vez que os conceitos são importantes para a organização e interpretação de fatos, para formação de valores, normas e atitudes, presentes em tudo que permeia o cotidiano da escola, do professor e do aluno.

O Planejamento tem múltiplas funções, contempla não apenas a intencionalidade de tornar concreta a ação pedagógica, como ainda auxilia o professor na organização do espaço e dos recursos materiais, já que a previsão de atividade permite que o material seja selecionado, possibilitando a melhor alocação do tempo.

Inegavelmente o professor é o agente organizador do processo, entretanto, diante do propósito de tornar a prática pedagógica viva e diretamente relacionada com o cotidiano da criança, deve buscar efetivamente a participação de todos no planejamento coletivo da turma, entendendo esta inserção enquanto um exercício diário de construção da coletividade.

28.ROTINA

O cotidiano nas turmas de Educação Infantil deve ser dinâmico. As atividades não devem possuir significados enfadonhos repetitivos mecanicamente, ou mesmo rígidos. Elas na verdade, além de serem propiciadoras da construção de hábitos em geral, são muitas vezes pontos de referência na movimentação das crianças, auxiliando na ordem dos acontecimentos, orientando a sequência das atividades no dia propiciando segurança, já que os alunos vão ficando a par dos acontecimentos e assim não se sentirão perdidos sem saber o que irá acontecer.

Ao se planejar a rotina das atividades, deve-se levar em conta os horários preestabelecidos para seu desenvolvimento, que se relacionam com o funcionamento do próprio ambiente escolar, como o horário do lanche, a utilização de ambientes comuns aos usuários, etc. Outro aspecto a ser levado em consideração no planejamento das atividades cotidianas é também o próprio ritmo de trabalho do grupo, ora mais calmo, ora mais agitado.

29. PROJETO

Atualmente, uma das formas possíveis de se organizar o trabalho pedagógico é através de projetos.

Por definição, os projetos são processos de elaboração coletiva das crianças com o professor, com o compromisso constante da construção compartilhada dos conhecimentos, envolvendo discussões, interação e socialização com alunos de outras classes, com os pais, outros profissionais da escola e até com a comunidade mais ampla. Além disso, o projeto é uma intervenção pedagógica, que objetiva promover avanços dentro do processo ensinar a ensinar.

Tipos de conteúdos e objetivos trabalhados nos projetos

Como nas áreas de conhecimentos, os conteúdos a serem trabalhados no projeto referem-se aos fatos e conceitos (o que o aluno precisa saber), Procedimentos (o que os alunos precisam saber fazer), Normas, Valores e Atitudes (o que o aluno precisa ser).

De acordo com os pressupostos de aprendizagem significativa e interdisciplinar, os projetos têm que ser trabalhados de tal forma que se estabeleça o maior número possível de vínculo entre os conteúdos e as Leituras do Mundo. Qualquer projeto precisa ser:

Planejado - estabelecendo-se metas e estratégias para alcançá-las;

Controlado - como garantia de que todas as atividades sirvam aos seus objetivos. Por isto é importante - por exemplo, no caso de um projeto que envolva uma Mostra, Exposição, etc. - o professor conhecer o evento previamente, bem como visitá-lo antes de levar seus alunos para assim fazer o recorte de porções significativas da realidade para evitar a extensão demasiada e desgaste do tema;

Revisado - e avaliado constantemente com redimensionamento quando necessário for.

Divulgado - na instituição ou fora dela, para participação e/ou envolvimento da comunidade.

30. AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo de reflexão do professor em relação à aprendizagem do aluno e sobre as condições oferecidas por ele, cabendo ao professor investigar a adequação dos conteúdos escolhidos, as propostas lançadas, o tempo, o ritmo do trabalho, no sentido de verificar a aquisição de conhecimentos pelas crianças no processo de aprendizagem e seus objetivos propostos. Portanto, a avaliação é tarefa permanente do professor e instrumento indispensável à construção da prática educacional pedagógica verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento integral da criança. Por tudo isso. Ela deve ser contínua, levando em consideração todos os processos vivenciados pelas crianças, e não somente feita no final de um trabalho.

A avaliação, tida como processo contínuo, constitui um valioso recurso para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento da área cognitiva e psicomotora da criança. Daí a necessidade da estruturação das formas de registro, contendo observação sobre as crianças, suas relações, interações e processos vivenciados em relação ao grupo.

Concebe-se uma proposta de avaliação como processo auxiliador na construção da autonomia da criança, pois através do registro, há a possibilidade, de proceder a uma reflexão sobre a ação pedagógica desenvolvida junto ao grupo de crianças, suas relações, sua interação e processos vivenciados em relação ao grupo e as situações vividas no cotidiano. Desta forma, podem ser utilizados relatórios descritivos, que devem ser elaborados de maneira que:

Ao mesmo tempo em que refaz e registra a história do seu processo dinâmico de construção do conhecimento, sugere, encaminha, aponta possibilidades de ação educativa para pais, educadores e para a própria criança. Diria até mesmo que apontar caminhos possíveis e necessários para trabalhar com ela é o essencial num relatório de avaliação, não como lições de atitudes à criança ou sugestões de procedimentos aos pais, mas sob a forma de atividades a oportunizar, materiais a lhe serem a lhe serem oferecidos, jogos, posturas pedagógicas alternativas na relação com ela. (HOFFMANN, 1996, p.53)

Um processo de avaliação, nessa dimensão, não apenas a criança é avaliada, mas todo o trabalho pedagógico oferecido a ela também, bem como repensado e modificado sempre que necessário. Não é uma avaliação final, pontual, retratando um único momento da criança. Mas uma avaliação processual, que, entretanto, é registrada periodicamente com uma postura de respeito à criança: ao seu ritmo de desenvolvimento, à sua expressão (plástica, oral, escrita, em todos os tipos de linguagem) e as suas idéias, desejos e expectativas, sem, porém, jamais abdicar da procura por ampliar cada vez mais este mundo infantil.

Eis algumas atitudes que o educador deve expressar em relação à avaliação na perspectiva emancipatória e integradora:

- Considerar, ao mesmo tempo, cada um dos seus aspectos específicos: emocional, social, cognitivo e perceptivo-motor;
- Acompanhar o desenvolvimento da criança e verificar em que medida as atividades estão além ou aquém de sua capacidade;
- Identificar o estágio do processo educativo em que a criança se encontra, para redirecionar as atividades de acordo com o desempenho a ser incentivado ou aperfeiçoado;
- Acompanhar a criança nas suas atividades diárias, para compreender seu pensamento, sua maneira de resolver problemas, expressar sentimentos, relacionar-se com os outros e estabelecer ligações entre fatos e objeto.

Desta forma, a avaliação necessita voltar-se com um novo olhar sobre o fenômeno educativo, exigindo a incorporação de novas atitudes e valores, por tratar-se de sujeitos socioculturais que produzem conhecimentos a partir das suas vivências, necessitando de uma postura construtivista do educador dos erros das crianças.

A Lei nº 9394/96, art.31, estabelece que a avaliação como processo se realiza mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem objetivo de promoção para o acesso ao Ensino Fundamental. Assim sendo, a avaliação não se constitui numa obrigatoriedade do sistema oficial de ensino em determinar índice de aprovação, portanto, é possível fugir de quaisquer procedimentos classificatórios e seletivos que retêm reprovação das crianças na Pré-escola.

A orientação presente nesta proposta é da adoção de um conjunto de ações que auxiliem o professor a refletir sobre situações de aprendizagem vivenciadas através

das diferentes áreas do conhecimento e atividades realizadas em momentos e espaços diversos. Esta nova parte da perspectiva política inclui valores e princípios que refletem a concepção de educação presente na escola. Faz-se necessário que sejam apontados pressupostos básicos para uma proposta de avaliação mediadora que leve em consideração:

- A diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural de aprendizagem, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem vividas;
- Um professor curioso e investigador do mundo da criança, que aja como mediador, que acompanhe e favoreça novos desafios;
- O processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento da criança, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, que proporcione o repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico;
- A flexibilidade do planejamento, diversidade das atividades e os conhecimentos adquiridos pelas crianças.

A observação, como forma de avaliação, também deve ser planejada para que o professor possa perceber manifestações importantes das crianças. Por meio dela, se pode conhecer mais acerca do que as crianças sabem fazer, pensam e observam e do que ainda lhes é difícil de entender, assim como conhecer mais sobre os interesses que possuem. A prática de observar as crianças indica caminhos para selecionar conteúdos e propor desafios, a partir dos objetivos que pretende alcançar por meio deles. O trabalho do professor se faz pela observação e pelo registro fonte de informação valiosa sobre as crianças, em seu processo de aprender, e sobre o professor, em seu processo de ensinar. Assim, o registro é o acervo de conhecimento do professor, que lhe possibilita recuperar a história do que foi vivido, tanto quanto possibilita avallá-la propondo novos encaminhamentos.

31. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ATIVIDADE:

Do calendário escolar:

Deve ser considerado de acordo com as normas prevista na LDB que determina a oferta de 200 (duzentos) dias letivos, bem como, segundo o artigo 22, § 2º da citada Lei, que estabelece que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. Desta forma, a Educação Infantil, deve contempla que serão trabalhados 04 (quatro) horas diárias em turno parcial (art. 31, III) da LDB. Com carga horária para funcionários de 04 (quatro) horas diárias 20 (vinte) horas semanais.

O recesso escolar e as férias deverão ocorrer respeltando-se o estabelecido no calendário escolar e prevendo-se intervalos letivos em julho e janeiro. De acordo com a LDB

Das Matrículas

Deve ser respeitado o limite de 20 crianças por turma de Infantil I e II, ou seja, crianças de idade 4 e 5 e para Creche de 3 anos 12 crianças por turma de alunos de 3 anos, não se inscrevendo alunos acima deste quantitativo.

Quando houver demanda superior ao quantitativo de vagas oferecidas, devem-se organizar listas de espera, convocando-se, de acordo com a ordem de inscrição, os alunos à medida que houver vagas: por desistência e/ ou evasão.

Evasão

- Quando houver evasão, deve-se pesquisar e registrar as razões do afastamento dos alunos, tendo em vista a busca de soluções.

32. ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A base do cuidado é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos.

A intervenção do adulto é necessária para que a criança vá se apropriando dos códigos sociais, dos símbolos, da linguagem, enfim, da cultura de seu grupo. Isso acontece através das diversas situações em que o adulto oferece às crianças condições propícias para que elas experimentem, arrisquem, criem hipóteses, exercitem e desenvolvam suas capacidades. Portanto, cabe aos educadores conhecer e considerar a diversidade de hábitos, costumes, crenças, etc., Nessa perspectiva o trabalho educativo deve ser organizado por meio das seguintes atribuições:

Do coordenador Pedagógico:

- Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas;
- Participar de ações de capacitação, concretizando seu papel de estudante e pesquisador como atitude necessária à seu aperfeiçoamento profissional;
- Gerar clima organizacional favorável à manifestação e discussão de idéias com ética;
- Refletir, junto com os professores, atitudes a serem tomadas frente problemas de: aprendizagem, desempenho e comportamento dos alunos;
- Facilitar o relacionamento inter e intra-sujeitos envolvidos na atividade (alunos, pais, professores, demais funcionários);
- Desenvolver intervenções pedagógicas planejadas junto às famílias, objetivando o estabelecimento de parceria no processo educativo, bem como convocar e coordenar reuniões sistemáticas com as famílias;
- Orientar as ações do corpo docente;
- Articular e coordenar o planejamento escolar e as atividades da Educação Infantil: festas, excursões, eventos, etc.;

- Desenvolver estudos e pesquisas para aprimoramento da atividade, socializando a produção;
- Implantar, acompanhar e analisar os diferentes instrumentos de capacitação docente (diários, registros, relatórios, projetos);
- Organizar o processo de inscrição dos alunos, bem como: Fichas de acompanhamento, Fichas de rendimento, mantendo-as atualizadas e disponíveis para consulta;
- Participar da elaboração do Projeto Pedagógico da escola;
- Organizar e responsabilizar-se pelo cumprimento do calendário escolar, respeitando o número de dias letivos estabelecidos;

Do professor Regente

- Participar na elaboração do planejamento escolar;
- Planejar as aulas;
- Prever estratégias e recursos didáticos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos;
 - Realizar estudos e pesquisas necessárias ao desempenho de sua prática pedagógica e à educação de maneira geral;
 - Selecionar temas adequados, para serem trabalhados em sala de aula;
 - Estudar e conhecer o processo de aprendizagem – referente aos níveis da escrita de acordo com Emília Ferreiro.
 - Conduzir o processo de ensino;
 - Incentivar a participação de todos os alunos no desenvolvimento de trabalhos, discussões e reflexões em grupo;
 - Incentivar o desenvolvimento da capacidade de refletir e agir nos alunos de forma autônoma;
 - Fazer a avaliação do processo de aprendizagem do aluno por meio de acompanhamento e registro (Relatório);
 - Atender aos pais de alunos na forma estabelecida na proposta pedagógica da escola;
 - Participar de ações de capacitação, concretizando seu papel de estudante e pesquisador como atitude necessária a seu aperfeiçoamento profissional;
 - Zelar pela manutenção da organização e limpeza da sala;

33.A CRIANÇA E AS ARTES

As artes devem ser concebidas como uma linguagem que tem estrutura e características próprias, cuja aprendizagem, no âmbito prático e reflexivo, se dá por meio da articulação dos seguintes aspectos:

Fazer artístico, apreciação e reflexão

A Escola deve organizar suas práticas em torno da aprendizagem em arte, garantindo oportunidades para que as crianças sejam capazes de atingir os objetivos.

Ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos e materiais, explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio e entrando em contato com formas diversas de expressão artística;

Utilizar diversos materiais gráficos e plásticos sobre diferentes superfícies para ampliar suas possibilidades de expressão e comunicação.

• CONTEÚDOS/ ATIVIDADES:

O FAZER ARTÍSTICO	APRECIÇÃO EM ARTES VISUAIS
<ul style="list-style-type: none">- Exploração e manipulação de materiais, como lápis e pincéis de diferentes textura e espessuras, brochas, carvão, carimbo etc., como tintas, água, areia, terra, argila etc., e de variados suportes gráficos, como jornal, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeiras etc.;- Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais visando a produção de marcas gráficas;- Cuidado com o próprio corpo e dos colegas no contato com suportes e materiais de artes;- Cuidado com os materiais e com os trabalhos e objetos produzidos individualmente ou em grupo.	<ul style="list-style-type: none">- Observação e identificação de imagens diversas

• CONTEÚDO / ATIVIDADE- PORTUGUÊS -
 • 4 ANOS

FALAR E ESCUTAR	PRÁTICA DE LEITURA	PRÁTICA DE ESCRITA
<ul style="list-style-type: none"> - Uso da linguagem em situações práticas no cotidiano (regras de convivências). - Relato de vivências em diversas situações de interação (passeio, casa, família, excussões). - Participação em experiências que envolvam situações de explorar argumentar emitir ideias e pontos de vista: - Narração de fatos em sequência temporal (ontem, hoje amanhã/ manhã, tarde, noite/cedo, tarde / dia, noite etc.) - Reconto de histórias; - Descrição de personagens, cenas, objetos e gravuras; - Conhecimento e produção de jogos verbais: trava línguas, parlendas, quadrinha, canções, adivinha e poemas, conforme o Quadro para programação do Trabalho com diferentes textos; - Imitação de personagens de animais e ações com pantomimas; - Dramatização de histórias, brinquedos e acontecimentos; -Representação das emoções: alegria, dor, tristeza nos diálogos criados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas situações em que os adultos leem textos de diferentes gêneros como: contos, notícias de jornais, informativos, quadrinhas, músicas, placas, título, rótulos e bulas e etc.; - Participação em situações nas quais as crianças leiam ainda que não façam de forma convencional; - Reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de outros nomes; - Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso de leitura como: recados, bilhetes, avisos, letreiros, anúncios e etc.; - Observação e manuseios de materiais impressos como: livro, revistas, história em quadrinhos e etc.; - Participação em situações práticas nas quais o aluno identifica seu nome, nome de objetos, animais, partes do corpo e demais palavras surgidas no ambiente escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em situações do cotidiano nas quais se faça necessário o uso da escrita; - Escrita do próprio nome e nomes conhecidos em situações diversas; -Prática de escrita utilizando o conhecimento de que dispõe no momento sob o sistema de escrita (da forma como ele compreende); - Registro de nome de animais, objetos, brinquedos etc.; - Utilização da prática da escrita pelo professor para ser lida pelas crianças; - Produção de textos individuais ou coletivos ditado para o professor ou escrito pela criança de forma convencional ou não convencional; - Utilização de maiúsculas e minúsculas nas práticas de escrita, quando se fizer necessário; - Produção de frases à vista de cenas, gravuras etc, escrita pelo professor para ser lida pelas crianças.

• CONTEÚDO / ATIVIDADE- PORTUGUÊS -
 • 5 ANOS

FALAR E ESCUTAR	PRÁTICA DE LEITURA	PRÁTICA DE ESCRITA
<p>- Uso da linguagem em situações práticas no cotidiano (regras de convivências).</p> <p>- Relato de vivências em diversas situações de interação (passeio, casa, família, excussões)</p> <p>- Participação em experiências que envolvam situações de explorar argumentar emitir ideias e pontos de vista:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Narração de fatos em sequencia temporal (ontem, hoje amanhã/ manhã, tarde, noite/cedo, tarde / dia, noite etc.) • Reconto de histórias; • Descrição de personagens, cenas, objetos e gravuras; • Conhecimento e produção de jogos verbais: trava línguas, parlendas, quadrinha, canções, adivinha e poemas., conforme o Quadro para programação do Trabalho com diferentes textos; • Imitação de personagens de animais e ações com pantomimas; • Dramatização de histórias, brinquedos e acontecimentos; • Representação das emoções: alegria, dor, tristeza NOS diálogos criados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nas situações em que os adultos leem textos de diferentes gêneros como: contos, notícias de jornais, informativos, quadrinhas, música, placas, título, rótulos e bulas e etc.; - Participação em situações nas quais as crianças leiam ainda que não façam de forma convencional; • Reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de outros nomes; • Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso de leitura como: recados, bilhetes, avisos, letreiros, anúncios e etc.; • Observação e manuseios de materiais impressos como: livro, revistas, história em quadrinhos e etc.; • Participação em situações prática nas quais o aluno identifica seu nome, nome de objetos, animais, partes do corpo e demais palavras surgidas no ambiente escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em situações do cotidiano nas quais se faça necessário o uso da escrita; • Escrita do próprio nome e nomes conhecidos em situações diversas; -Prática de escrita utilizando o conhecimento de que dispõe no momento sob o sistema de escrita (da forma como ele compreende); • registro de nome de animais, objetos, brinquedos etc.; • Utilização da prática da escrita pelo professor para ser lida pelas crianças; -Produção de textos individuais ou coletivos ditado para o professor ou escrito pela criança de forma convencional ou não convencional; • Utilização de maiúsculas e minúsculas nas práticas de escrita, quando se fizer necessário; • Formação e escrita de frases à vista de cenas, gravuras etc., de forma convencional ou não convencional.

- A CRIANÇA E A MATEMÁTICA-CONTEÚDOS / ATIVIDADES -
- 4 ANOS

1 - NÚMERO E SISTEMA DE NUMERAÇÃO	2- GRANDEZA E MEDIDA	3- ESPAÇO E FORMA
<ul style="list-style-type: none"> • Classificação; • Sequência; • Seriação / Ordenação; • Correspondência visual e termo a termo; - Numeração • Contagem de 0 a 10 • Dezena / Meia dezena • Antecessor e sucessor • Notação e escrita numérica; Operações matemáticas fundamentais (resoluções de problema, a partir do concreto); • Números pares e ímpares; • Agrupamento de quantidade. 	<p>Grandeza:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior/menor/grosso/fino, curto/comprido/alto/baixo <p>Medida:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comprimento • Passo/palmo/polegada/ metro • Massa • Quilo <p>Tempo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dia/noite/manhã/cedo • Semana/mês/ano • Presente/passado/futuro • Antes/agora/depois • Dinheiro/cédulas/moedas 	<p>Posição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • esquerda/direita/acima/abaixo • dentro/fora • Propriedades geométricas de objetos e figuras (quadrado, círculo, triângulo, retângulo); • Representação bidimensional e tridimensional de objetos. -Pontos de referencias para situar-se e deslocar-se no espaço: <ul style="list-style-type: none"> • perto, longe, distante. Linhas: <ul style="list-style-type: none"> • reta/curva aberta, curva fechada.

- **A CRIANÇA E A MATEMÁTICA-BLOCOS/ CONTEÚDOS / -**
- **5 ANOS**

1-NÚMERO E SISTEMA DE NUMERAÇÃO	2- GRANDEZA E MEDIDA	3 - ESPAÇO E FORMA
<ul style="list-style-type: none"> - Classificação; - Sequência; Seriação / Ordenação - Correspondência – visual e termo a termo; <p>Numeração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contagem de 0 a 10 - Dezena / Meia dezena - Antecessor e sucessor - Notação e escrita numérica; <p>-Operações matemáticas fundamentais (a partir do concreto);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Números pares e ímpares; -Agrupamento de quantidade. 	<p>Grandeza:</p> <p>Maior/menor/grosso/fino, curto/comprido/alto/baixo, largo, estreito;</p> <p>Medida:</p> <p>comprimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • passos/ palmo/ polegada • metro <p>Massa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • quilo <p>Tempo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • dia/noite/manhã/cedo • semana/mês/ano • presente/passado/futuro -antes/agora/depois <p>Dinheiro</p> <ul style="list-style-type: none"> • cédulas/moedas 	<p>Posição:</p> <ul style="list-style-type: none"> -esquerda/direita - acima/abaixo -dentro/fora <p>- Propriedades geométricas de objetos e figuras (quadrado, círculo, triângulo, retângulo);</p> <p>- Representação bidimensional e tridimensional de objetos.</p> <p>Pontos de referências para situar-se e deslocar-se no espaço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - perto, longe, distante. <p>Linhas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - reta; - curva aberta, - curva fechada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9.394/96 - Brasília

BRASIL, Ministério da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEEFF, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação Fundamental. **Diretrizes Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEEFF, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998. Disponível em: Acesso em 23 de julho de 2018.

_____. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília; MEC / sef, 2002. **Proposta Curricular de Educação Infantil – Estado do Maranhão**

CAVALCANTI & DEHEINZELIN. **Professor da Pré-Escola**. Vol. II / Fundação Roberto Marinho. 2ª Ed. São Paulo, Globo, 1992.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html 17/09/2018

DEHEINZELIN, Monique. **A Fome com a Vontade de Comer**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

DELIA LERNER, **Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário**/ Delia Lerner; tradução Ernani Rosa- Porto Alegre: Artmed, 2002.

Declaração dos Direitos da criança – 1959, adotado pela Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959, ratificada pelo Brasil, através do Art. 84, inciso XXI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 91 de 20 de Agosto de 19935, e Art. 1 do Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961.

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto alegre, artes Médicas, 1984

FERREIRO, Emília; Teberosky, Ana. **A Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física**. Rio de Janeiro, Scipione, 1989.

HOFFMANN, Jussara. **Avaiar para promover**. 2. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

KAMII, Constance. **A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget**. São Paulo: Papirus, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: direito das Crianças de zero a seis anos à Educação**. ANO

MOURÃO, Marcos Santos, Trecho de documento interno – Visão de Área – Educação Física. São Paulo, Escola da Vila, 1996.

PIAGET, Jean. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro, Zohar, 1985.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. 16ª Ed., Rio de Janeiro, Forense.

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS E CURRÍCULO EM EDUCAÇÃO INFANTIL. Ministério de Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1996.

RESOLUÇÃO E PARECERES DO CONSELHO NACIONAL de Educação Básica: CNB/CEB nº 01, de 20 de agosto de 2003.

RESOLUÇÃO CEB Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Nº 1, DE 7 DE ABRIL DE 1999.

SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TEBEROSKY, A., CARDOSO, B. **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita**. Campinas, SP: UNICAMP: Petrópolis : Vozes, 1993

VYGOTSKY, LEV S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987 (Coleção Psicologia e Pedagogia)

VEIGA, Ilma Passos (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 13ª ed Campinas: Papirus, 1995



PREFEITURA DE PAÇO DO LUMIAR
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Fls. Nº 92
Proc. Nº 90951/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA

Nº 00712

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Informações Cadastrais da Empresa

Código CMC: 1875581

Nome Fantasia: UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSE

Razão Social: UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSE

CPF / CNPJ: 12.131.322/0001-59

Endereço: RUA PRESIDENTE SARNEY, 00S/N, MOCAJITUBA - 65130000

Observações:

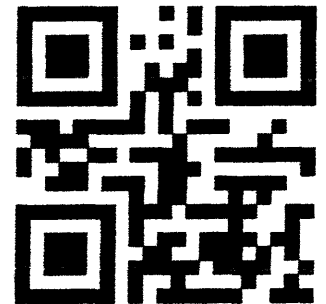
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
712960	9493-8/00 ATIVIDADES DE ORGANIZACOES ASSOCIATIVAS LIGADAS A CULTURA E A ARTE
711715	9430-8/00 ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
712143	9499-5/00 ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Data Abertura: 08/03/2019

Data Emissão: 16/11/2020

Vencimento: 31/12/2020

NOTA:





PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR
ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Transporte e Trânsito



HABITE-SE

Fls. Nº 93
Proc. Nº 9095120
Rubrica M

Nº 024/2017

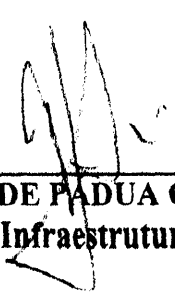
Paço do Lumiar, 03 de Abril de 2017

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
CNPJ nº 12.131.322/0001-59
Avenida Presidente Sarney, s/n, Maioba do Mocajutuba
Paço do Lumiar - MA

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Transporte e Trânsito, dentro das suas atribuições regimentais no que tange a Lei Orgânica Municipal resolve conceder o **HABITE-SE** a um imóvel cujo uso é para uma **ESCOLA COMUNITÁRIA (Escola Comunitária Adilson Morais)**, com área construída igual a **230,53m² (duzentos e trinta metros quadrados e cinquenta e três centímetros de metro quadrado)**, em um terreno localizado na Avenida Presidente Sarney, s/n, Maioba do Mocajutuba, neste Município, de acordo com o que tange a Lei Municipal nº002/2013 – Código de Obras, bem como comprovam e dão idoneidade para a emissão deste documento, o Processo Nº147/2017-SINFRA.

Pelo que **NÃO** se recolhe aos cofres da Prefeitura nenhuma importância, pois trata-se de **UTILIDADE PÚBLICA** por decreto.

Atenciosamente,

P/ 

ANTÔNIO DE PADUA OLIVEIRA NAZARENO
Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo, Transporte e Trânsito.



UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ

FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986

INSCRITA NO CNPJ (MA) 12.131.322/0001-59

AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N M. DO MOCAJUTUBA (VILA SÃO JOSÉ I)

CEP: 65.130-000 – PAÇO DO LUMIAR - MARANHÃO

Fls. N° 94
Proc. N° 9025120
Rubrica MS
Paço do Lumiar-MA

DECLARAÇÃO

A União dos Moradores da Vila São José, inscrita no CNPJ sob nº 12.131.322/0001-59, com sede no Município de Paço do Lumiar, na Avenida Presidente Sarney, S/N, M. do Mocajutuba, CEP: 65130-000, por meio de seu representante legal, abaixo-assinado, declara, para os devidos fins e sob as penas da lei, que detém capacidade técnico-operacional para desenvolvimento das atividades de ensino na Educação Infantil, bem como que esta Entidade opera em sua capacidade máxima de atendimento, conforme se depreende do demonstrativo de turno e grupos em anexo.

Adilson Moraes Santos
Paço do Lumiar/MA, 25 de novembro de 2020.
CPF: 178.797.013-20
Presidente

Adilson Moraes Santos

Adilson Moraes Santos

CPF: 178.797.013-20

Presidente



UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ

FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986

INSCRITA NO CNPJ (MA) 12.131.322/0001-59

AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N M. DO MOCAJUTUBA (VILA SÃO JOSÉ I)

CEP: 65.130-000 – PAÇO DO LUMIAR - MARANHÃO


Fls. Nº 95
Proc. Nº 9095/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, **Adilson Moraes Santos**, portador do RG: 050069202013-7 e CPF: 178.797.013-20 representante legal da Escola Comunitária Adilson Moraes, relaciono abaixo a capacidade máxima de atendimento, demonstração e organização de turnos de funcionamento da Escola Comunitária Adilson Moraes, situada na Avenida Presidente Sarney, S/N, M. do Mocajutuba, CEP: 65130-000.

TURNO MATUTINO:

Nº	Turma	Turno	Quantidade de alunos por turma	Capacidade Máxima de atendimento
01	CRECHE II A	MATUTINO	15 Alunos	25 Alunos
02	CRECHE II B	MATUTINO	18 Alunos	25 Alunos
03	CRECHE III	MATUTINO	25 Alunos	25 Alunos
04	INFANTIL I	MATUTINO	28 Alunos	25 Alunos
05	INFANTIL II	MATUTINO	28 Alunos	25 Alunos
06	CRECHE II A (ANEXO)	MATUTINO	12 Alunos	25 Alunos
07	CRECHE II B (ANEXO)	MATUTINO	10 Alunos	25 Alunos
08	CRECHE III A (ANEXO)	MATUTINO	16 Alunos	25 Alunos
09	CRECHE III B (ANEXO)	MATUTINO	16 Alunos	25 Alunos
01	INFANTIL I A (ANEXO)	MATUTINO	18 Alunos	25 Alunos
02	INFANTIL I B (ANEXO)	MATUTINO	20 Alunos	25 Alunos
03	INFANTIL II A (ANEXO)	MATUTINO	15 Alunos	25 Alunos
04	INFANTIL II B (ANEXO)	MATUTINO	15 Alunos	25 Alunos


Adilson Moraes Santos
CPF: 178.797.013-20
Presidente

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59



ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

2º Ofício de Paço do Lumiar

CAPITULO I

Jose Landre Ribeiro de Silva
Tribunal Registral

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINS

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoa Jurídica
Paço do Lumiar - MA

Art. 1º A UNIÃO DE MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ - PAÇO DO LUMIAR- MA, constituída em 10 de maio de 1986, é uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos de duração por tempo indeterminado, com número ilimitado de sócios, com atuação na sua sede à Avenida Presidente Sarney, s/n, M. do Mocaçituba, CEP: 65130-000, Paço do Lumiar, Estado do Maranhão

Art. 2º- A entidade tem por objetivo trabalhar em benefício de pessoas em situação de vulnerabilidade social, pelo progresso da comunidade, prestar assistência aos associados e seus dependentes e prestações de serviços bem como:

- I Promover o desenvolvimento social através de obras e melhoramentos com recursos próprios ou obtidos através de projetos, doações, subvenções e auxílios.
- II Proporcionar a melhoria do convívio entre moradores da comunidade, através da interação dos seus associados
- III Desenvolver ações de proteção junto às famílias, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice;
- IV Proporcionar aos sócios e seus dependentes, atividades voltadas para educação e desenvolvimento da cultura, defesa da saúde e da assistência médica e social,
- V Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção da agricultura familiar;
- VI Integrar as pessoas da comunidade no mercado de trabalho,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fls. Nº 97
Proc. Nº 9015/20
Rubrica
Paço do Lumiar/MA



- VII. Prestar atendimento e assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e garantir seus direitos.
- VIII. Participar em todos os espaços de discussões nos mais variados seguimentos sociais no município e onde se fizer necessário;
- IX. Garantir a geração de emprego e de renda com formação e capacitações para os sócios e os seus dependentes:
 - X. Garantir e lutar pelo direito à moradia digna, a terra, à produção e comercialização de produtos diversos dos Associados.
 - XI. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e outros valores universais.
 - XII. Promover a integração da mulher, incentivando sua participação na vida pública, socioeconômica e administrativa
- XIII. Difundir o estímulo a cultura maranhense, incentivando a formulação de grupos artístico-culturais, tais como: Juninos (Bumba-Meu-Boi, Quadrilha, Tambor de Crioula, Cacuriá, Dança Portuguesa, Dança do Boiadeiro e outros) Carnavalescos, Natalinos, Grupos de Teatro, Capoeira e Folguedos Populares, visando a valorização da cultura,
- XIV. Apoiar ações de combate aos maus tratos e violência à criança e adolescente;
- XV. Empreender ações de prevenção, habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária.
- XVI. Desenvolver projetos de políticas públicas comunitárias voltadas para Agricultura Familiar;
- XVII. Desenvolver a educação infantil por meio de Creches e Escolas Comunitárias da forma complementar de participação das organizações da sociedade civil
- XVIII. Garantir assessoramento para a defesa dos direitos dos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar/MA

2º Ofício de Paço do Lumiar
Paço do Lumiar/MA

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fis. Nº 98
Proc. Nº 9095/20
Rubrica M
Paço do Lumiar/MA



Art. 3º- A entidade terá um Regimento Interno que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento

Parágrafo Único: a fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em tantas unidades de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelo Regimento Interno aludido no Capítulo do presente artigo.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 4º- A entidade é constituída por um número ilimitado de sócios, distribuídos na seguinte categoria:

- I. Sócios Fundadores: todos que participaram da reunião de Fundação da Instituição e assinaram o livro de frequência;
- II. Sócios Contribuintes: aqueles que se inscreveram no quadro social cujos nomes sejam aprovados pela Diretoria e se disponham a cumprir o Estatuto Social e os regulamentos;
- III. Sócios beneméritos: os socios fundadores ou outras pessoas brasileiras ou estrangeiras, que prestarem relevantes serviços à instituição;
- IV. Sócios honorários: os que por suas ações e atitudes se tornem merecedores de respeito e das homenagens da comunidade;
- V. Sócios Voluntários: os que voluntariamente prestarem serviços nas atividades desenvolvidas pela instituição

Parágrafo Primeiro: Os sócios contribuintes não recebem restituição das contribuições que tiverem doado a instituição bem como quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar/MA

Ofício de Paço do Lumiar
Paço do Lumiar/MA

Art.5º- são direitos dos sócios quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III. Usufruir todos os serviços oferecidos pela entidade;
- IV. Participar de todas as promoções levadas a efeito pela União;
- V. Requerer a convocação da Assembleia Geral em caráter extraordinária, com no mínimo de 20%(vinte por cento) dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários atendidas as exigências deste Estatuto;
- VI. Oferecer sugestões.

Art. 6º- São deveres dos sócios:

- I. Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. Exercer o cargo para o qual foi eleito salvo justificado impedimento;
- III. Colaborar com as iniciativas da União;
- IV. Acatar as determinações da diretoria,
- V. Pagar as contribuições fixadas pela diretoria.

CAPITULO III

DA ADMISSÃO

Art. 7º- A admissão de associados será decidida pela Diretoria por proposta com assinatura de dois sócios em dias com as suas obrigações sociais, efetivada após o compromisso de cumprimento dos encargos estatutários, pelo postulante.

Art. 8º- No desenvolvimento de suas atividades, a instituição não fará qualquer discriminação de usuários, em razão de sexo, raça, cor, nacionalidade, profissão ou profissão ou credo religioso

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoa Jurídica
Paço do Lumiar - MA

2º Ofício de Paço do Lumiar
José Leonardo Fernandes de Silva
Escritório Autônomo

subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Entidade.

CAPITULO IV

DAS PENALIDADES

Art.10º- Os sócios que não cumprirem as determinações do presente Estatuto estarão sujeitas as seguintes penalidades:

- I. Advertência
- II. Suspensão
- III. Exclusão

Art.11º- As penas de advertência e suspensão serão impostas pela Diretoria, salvo as cometidas pelos membros diretores ou conselheiros que serão da atribuição da Assembleia Geral.

Art.12º- A pena de suspensão de associados imposta pela Diretoria caberá recurso voluntário e sem efeito suspensivo à Assembleia Geral.


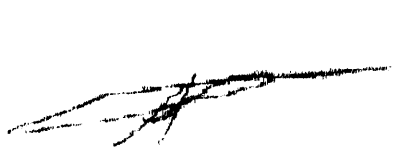
Art.13º-Considera-se falta grave passível de eliminação, provocar ou causar grave prejuízo moral ou material à Entidade.

Parágrafo Primeiro – A exclusão dos associados só é admissível, havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar - MA

2ª Ofício de Paço do Lumiar

Por: 
Escritório de Registro de Títulos e Documentos



UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fls. Nº 101
Proc. Nº 9095120
Rubrica M
Paço do L



Parágrafo segundo – havendo justa causa, o associado poderá ser demitido ou excluído da entidade por decisão da Diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembleia Geral

CAPITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14º - A entidade será administrada por:

- I Assembleia Geral;
- II Diretoria;
- III Conselho Fiscal

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar, MA

Art. 15º - A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 16º - Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal
- II Destituir os administradores;
- III. Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- IV. Decidir sobre reforma do Estatuto;
- V. Conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria;
- VI Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. Decidir sobre a extinção da entidade;
- VIII. Aprovar as contas;
- IX. Aprovar o Regimento Interno;
- X. Alterar o Estatuto, inclusive no tocante à administração;
- XI. Resolver os casos omissos neste Estatuto.

2º Ofício de Paço do Lumiar
José Romão Brito de Silva
E. C. O. Nº 1.231.322/0001-59

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1966
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fls. Nº 102
Proc. Nº 4095/20
Rubrica N
Paço do L



Parágrafo Único: para as deliberações que se referem os incisos IV e X deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será o estabelecido no artigo 5º deste Estatuto

Art.17º- A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. Discutir e aprovar o plano anual de trabalho da Entidade, submetido pela Diretoria;
- II. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III. Discutir e homologar as contas e balanços aprovados pelo Conselho Fiscal.

Art.18º- A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo Presidente;
- II. Pela Diretoria;
- III. Pelo Conselho Fiscal;
- IV. Por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 19º- A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição, por circulares, e/ ou publicado na imprensa local ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de cinco (05) dias.

Parágrafo Único: Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número, desde que não se resuma simplesmente num pequeno grupo que busque deliberar em causa própria.

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar - MA

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos
Paço do Lumiar - MA



CAPITULO VI

DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

Art. 20º- A Diretoria é o órgão de representação da Entidade eleita ao mesmo tempo em que o Conselho Fiscal e será constituída de um Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, Primeiro e Segundo Tesoureiro e Conselho Fiscal, com mandato de quatro (04) anos, podendo ser reeleita.

Art. 21º Compete ao Presidente:

- I. Elaborar e executar o plano anual de trabalho, juntamente com os demais membros da Diretoria;
- II. Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, com os membros da Diretoria o relatório anual de atividades, balanço financeiro e patrimonial, acompanhado dos respectivos pareceres do Conselho Fiscal;
- III. Buscar parcerias com Instituições públicas e privadas, com o apoio dos demais membros da Diretoria, para mútua colaboração em atividades de interesses comuns;
- IV. Contratar e demitir funcionários em conformidade com o Conselho Fiscal;
- V. Assinar convênios e acordos em conformidade com o Tesoureiro e Conselho Fiscal;
- VI. Movimentar conta- corrente, bancárias e outros documentos de pagamentos, juntamente com o tesoureiro;
- VII. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- VIII. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IX. Propor reforma do Estatuto apresentando sugestões e justificativas, juntamente com os demais membros da Diretoria;

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar - MA

2º Ofício de Paço de Lumiar
Paço do Lumiar - MA

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fls. Nº 104
Proc. Nº 9095120
Rubrica M
Paço do Lumiar



- X. Assinar as atas das reuniões juntamente com os participantes e quem secretariar as referidas reuniões;
- XI. Aplicar as penalidades de sua alçada previstas neste Estatuto;
- XII. Representar a Entidade ativa e passiva, em juízo ou fora dele;
- XIII. Convocar e presidir reuniões da Assembleia Geral

Parágrafo Único - A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoa Jurídica
Paço do Lumiar - MA

Art. 22º- Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimento;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Paço do Lumiar

Ass. Eduardo Ribeiro de Sá
Escritor Autorizado

Art. 23º- Compete ao Primeiro Secretário:

- I. Organizar e secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
- II. Assessorar o Presidente e demais membros da Diretoria, no que for necessário;
- III. Dirigir, coordenar e controlar os trabalhos da Secretaria zelando pela conservação os bens materiais e documentos da Entidade;
- IV. Elaborar e organizar os expedientes da Entidade;
- V. Publicar todas as notícias das atividades da Entidade e outros.

Art. 24º- Compete ao Segundo Secretário:

- I. Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. Prestar, de modo geral a sua colaboração ao Primeiro Secretário.



Art. 25º - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I. Arrecadar e contabilizar as contribuições, subvenções, auxílios e donativos, mantendo em dias a escrituração;
- II. Pagar as contas autorizadas pelo presidente;
- III. Apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Apresentar o relatório financeiro para ser submetido ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral;
- V. Apresentar, *semestralmente*, o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à Tesouraria;
- VII. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
- VIII. Assinar, com o Presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Entidade;
- IX. Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Entidade, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil.

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar - RJ

2º Ofício de Paço do Lumiar
Tribunal de Registro de Títulos e Documentos
Paço do Lumiar - RJ

Art. 26º - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I. Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. Prestar, de modo geral a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 27º - O Conselho Fiscal da Entidade será constituído por membros eletivos e suplentes eleitos, pela Assembleia Geral, juntamente com a Diretoria, na forma deste Estatuto

Parágrafo Primeiro - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fls. Nº 106
Proc. Nº 9095/20
Rubrica Ma

Paço do Lumiar/MA



Parágrafo Segundo - Após a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, este escolherão entre si, o Presidente, Secretário e Relator.

Parágrafo Terceiro - Em caso de vacância o mandato será assumido pelos respectivos suplentes até o seu término

Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho Fiscal não poderão acumular outros cargos na administração da Entidade.

Art. 28º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Examinar os livros de escrituração da Entidade;
- II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro e opinar a respeito;
- III. Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. Requisitar ao 1º Tesoureiro a qualquer tempo documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Entidade;
- V. Apresentar a Assembleia Geral a prestação de contas, bem como à Diretoria, sempre que for solicitada;
- VI. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- VII. Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá a cada seis (06) meses e extraordinariamente sempre que necessário

Art. 29º - As atividades dos diretores da entidade, os conselheiros, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, poderão ser remuneradas com recursos vinculados à parceria.

2º Ofício de Registro e Arquivamento
Rua da Constituição, 100
Paço do Lumiar, MA

Setor de Títulos e Documentos
Rua da Constituição, 100
Paço do Lumiar, MA

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-69

Fls. Nº 207
Proc. Nº 90951/20
Rubrica MA
Paço do Lumiar



Art. 30º - A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma de pretexto.

Parágrafo Único: A entidade observará os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade e dará publicidade ao relatório de atividades e demonstrações financeiras, incluídas as certidões negativas de débito com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exames de qualquer cidadão.

Art. 31º - A União manter-se-a através de contribuições dos associados, de outras atividades, doações, contratos e convênios de entidades públicas e privados, nacionais ou internacionais, sendo que essas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

CAPITULO VII

DAS ELEIÇÕES

Art. 32º - As eleições serão convocadas através do edital a ser fixado em locais públicos e/ou divulgado pelos meios de comunicações, trinta (30) dias antes do término do mandato

Art. 33º - As eleições para a Diretoria e o Conselho Fiscal serão realizados por votação direta e secreta para um mandato de quatro (04) anos e os seus membros poderão ser reeleitos para os mesmos cargos ou outros, para mais um mandato.

2º Ofício de Apoio Jurídico
Paço do Lumiar - MA
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar - MA

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fls. Nº 108
Proc. Nº 9095/20
Rubrica M
Paço do Lumiar-MA



Art. 34º – No edital de Convocação constará obrigatoriamente:

- I. A data da eleição;
- II. O prazo do registro da chapa;
- III. O prazo de impugnação da chapa;
- IV. Considerada eleita a chapa que obtiver maior número de votos;

Art. 35º – Para exercer o direito de votar é necessário que o associado esteja quitas com suas obrigações sociais e inscrito como sócio um (01) ano antes da convocação da eleição

Parágrafo único: Será de 5 (cinco) dias o prazo para o registro e de 02 (dois) dias para impugnação de candidatura

Art. 36º – As chapas que concorrerão às eleições serão compostas de todos os cargos previstos neste Estatuto e deverão ser registrados até 72 horas antes da data das eleições, na Secretaria da Entidade.

Art. 37º – A composição de todas as chapas deverá se tornar pública, em 24 horas antes da data da eleição, sob pena de nulidade do pleito.

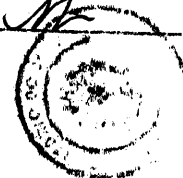
Art. 38º – Caso seja registrada apenas uma chapa, as eleições serão realizadas por aclamação dos sócios presentes

Art. 39º – Será considerada eleita a chapa com maior número de votos.

Art. 40º – Logo após a proclamação do resultado da eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal, os membros eleitos serão empossados em seguida ou posteriormente, em data a ser marcada.

2º Ofício de Paço do Lumiar
Insc. nº 12.131.322/0001-59
União dos Moradores da Vila
Paço do Lumiar - MA

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar - MA



CAPITULO VIII

DO PATRIMÔNIO

Art. 41º - O patrimônio e a receita da Entidade construir-se-ão dos bens e direitos que lhe couberem, pelos que vierem adquirir no exercício de suas atividades, pelas contribuições de seus sócios, pelas subvenções e doações oficiais e particulares, móveis, veículos, semoventes, ações e apólices da dívida pública.

Parágrafo Único - A Entidade poderá receber contribuições, doações, legados, e subvenções, de pessoas físicas e jurídicas nacionais e internacionais, destinados à formação e ampliação de seu patrimônio ou a realização de trabalhos específico

Art. 42º - Em caso de dissolução ou extinção da Entidade os bens remanescentes serão destinados a outra Instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou outra Entidade Pública, a critério da Instituição.

CAPITULO IX

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

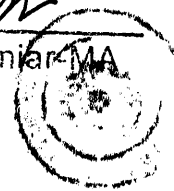
Art. 43º - O exercício financeiro da Entidade coincidirá com o ano civil.

Art. 44º - A prestação anual de contas será submetida à Assembleia Geral até 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior

2º Ofício de Registro do Lumiar
Tribunal de Justiça do Maranhão
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoa Jurídica
Paço do Lumiar - MA

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1988
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59

Fls. Nº 310
Proc. Nº 9095120
Rubrica JN
Paço do Lumiar/MA



Parágrafo Único – A prestação anual de contas da Entidade conterá, entre outros, os seguintes elementos:

- I. Relatório circunstanciado de atividades;
- II. Balanço Patrimonial;
- III. Demonstrativo de resultados do exercício;
- IV. Parecer do Conselho Fiscal.

Art. 45º – A entidade manterá escrituração de suas receitas e despesas, com as formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

CAPITULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46º – A Entidade será dissolvida por 2/3 dos sócios quites com suas obrigações sociais em pleno gozo de seus direitos legais e estatutários, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em 1ª convocação, sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro nos órgãos competentes.

Art. 47º – O presente estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo, por decisão de 2/3 dos sócios, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em 1ª convocação sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro nos órgãos competente.

Art. 48º – O presente Estatuto passará a vigorar a partir da data da sua aprovação e publicação.

2º Ofício de Paço do Lumiar
Instituto de Registro de Imóveis
Paço do Lumiar/MA

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Paço do Lumiar/MA

UNIÃO DOS MORADORES DA VILA SÃO JOSÉ
FUNDADA EM 10 DE MAIO DE 1986
AV. PRESIDENTE SARNEY, S/N, M. DO MOCAJITUBA
PAÇO DO LUMIAR/MA, CNPJ: 12.131.322/0001-59



Art. 49º - Os casos omissos, nesta ou em outras normas serão resolvidas pela diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Fls. Nº 111
Proc. Nº 9095/20
Rubrica ML
Paço do Lumiar-MA

Paço do Lumiar-MA, 18 de Agosto de 2018.

Ad. Carolina Brasil Campos Maciel
Presidente

Janaina Homessa Mota Guscia
OAB/MA 11.935

Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoa Jurídica
Paço do Lumiar - MA

2º Ofício de Paço do Lumiar
Jose Leandro Ribeiro da Silva

CARTORIO DO 2º OFÍCIO DE PAÇO DO LUMIAR
Ana Carolina Brasil Campos Maciel
Tabelião

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro A - 17
Apresentado hoje para REGISTRO, protocolizado e digitalizado sob o nº 12.491 e
registrado sob o nº 3.435, folhas 204V-213F. Dou 18 - Paço do Lumiar-MA
03/08/2018
JOSE LEANDRO RIBEIRO DA SILVA
ESCREVENTE

